

N.º 572 • ANO LI  
ABRIL 2022 • MENSAL • € 1,50

# Revista da ARMADA



**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

**VISITA A MARINHA**

130.º ANIVERSÁRIO  
INSTITUTO DE SOCORROS  
A NÁUFRAGOS

PROGRAMA  
SWAIMS

MEMÓRIA DE UMA  
MISSÃO NAVAL



# 130 ANOS

2022  
ABRIL



SALVAR VIDAS DESDE 1892



## Abertura Oficial

18 ABRIL 09h30

Praia de Paço de Arcos, Oeiras

Apresentação do programa das comemorações e demonstração de capacidades



## Caminha a VRSA

18 ABRIL 09h30

Porto de Caminha

Percurso de duas motas de salvamento marítimo de Caminha a Vila Real de Sto. António



## Cerimónia Oficial

21 ABRIL

Póvoa de Varzim

Entrega do novo Salva-vidas "Cego do Maio"  
Cerimónia Oficial Comemorativa



## Seminário

23 ABRIL 09h00

Oeiras

Seminário com o tema "A assistência a banhistas - Perspectiva de futuro"



## Prova Desportiva "Rainha D. Amélia"

24 ABRIL 09h00

Praia da Torre, Oeiras

1ª Prova desportiva "Rainha Dona Amélia".

# SUMÁRIO

- 02** Programa 130 Anos do Instituto de Socorros a Náufragos

---

- 04** Presidente da República visita a Marinha

---

- 06** Embarque no NE *Brasil*. 35ª Viagem de Instrução de Guardas-Marinhas

---

- 10** A Constituição de 1822. 200 anos de Constitucionalismo em Portugal – Parte I

---

- 22** Predomínio e poder do simbólico. 1. Símbolos da União Europeia

---

- 26** Guerra no Pacífico. Bloody Ridge

---

- 27** Entregas de Comando / Tomadas de Posse

---

- 30** Estórias (79)

---

- 31** Saúde para Todos (95)

---

- 33** Quarto de Folga

---

- 34** Notícias Pessoais / *Call for papers*

---

- 35** XVII Simpósio de História Marítima

---

- CC** Naus de Pedra em Lisboa

## 130º ANIVERSÁRIO INSTITUTO DE SOCORROS A NÁUFRAFOS

# 08



## 12 PROGRAMA SWAIMS



## MEMÓRIA DE UMA MISSÃO NAVAL

# 17



*Cripta Imperial à beira da ribeira do Ipiranga, onde se encontram, desde 1972, os restos mortais de D. Pedro IV.*

### Capa

Prato com as Armas do Almirante CEMA.  
Foto SAJ ETC Silva Parracho



**Revista da  
ARMADA**

Publicação Oficial da Marinha  
Periodicidade mensal  
Nº 572 / Ano LI  
Abril 2022

Revista registada na ERC  
Registo nº 127719  
Depósito Legal nº 55737/92  
ISSN 0870-9343

**Propriedade**  
Marinha Portuguesa  
NIPC 600012662

**Diretor**  
CALM Aníbal José Ramos Borges

**Chefe de Redação**  
CMG M Fernando Manuel Carrondo Dias

**Redatora**  
CTEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

**Secretário de Redação**  
SCH C Luís Fernando Pereira de Oliveira

**Administração, Redação e Edição**  
Revista da Armada- Edifício das Instalações  
Centrais da Marinha- Rua do Arsenal  
1149-001 Lisboa- Portugal  
Telef: 21 159 32 54

**Estatuto Editorial**  
[www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/  
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx)

**E-mail da Revista da Armada**  
[revista.armada@marinha.pt](mailto:revista.armada@marinha.pt)  
[ra.sec@marinha.pt](mailto:ra.sec@marinha.pt)

**Paginação eletrónica e produção**  
What Colour Is This?  
wcit.pt  
[info@wcit.pt](mailto:info@wcit.pt)  
Tl: +351219267950

**Tiragem média mensal:**  
3700 exemplares



# PRESIDENTE DA REPÚBLICA VISITA A MARINHA

Acompanhado pelo Ministro da Defesa Nacional, Prof. Doutor João Gomes Cravinho, o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, visitou a Marinha no passado dia 8 de março de 2022.

A primeira visita ocorreu a 20 de abril de 2016, no decurso do seu primeiro mandato presidencial, sendo recebido pelo então CEMA e AMN, ALM Macieira Fragoso. O evento foi objeto de artigo a 3 páginas na edição 507 da RA.

Esta foi a primeira visita à Marinha no decurso do segundo mandato presidencial do Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa. Foi recebido pelo CEMA e AMN, ALM Gouveia e Melo.

Após as Honras Militares regulamentares, que incluíram a execução do Hino Nacional, salvas pelo NRP *António Enes* surto na bacia de manobra da BNL, revista e desfile militar e motorizado das forças em parada, o Comandante Supremo das Forças Armadas, assistiu a uma demonstração operacional de bordo do NRP *Sines*.

A demonstração teve três partes. A primeira consistiu numa ação direta a um navio, combinada com uma inserção por helicóptero e embarcação táctica, com o objetivo de resgatar e evacuar uma guarnição sequestrada. Este tipo de operações, que ocorrem no espaço marítimo nacional, espelham o contributo da Marinha para a segurança cooperativa, bem como para a afirmação do exercício da soberania de Portugal em diferentes espaços marítimos.

Na segunda parte da demonstração operacional, foi possível assistir a um exercício de extração de não combatentes a partir de um ponto de reembarque, mostrando a crucial versatilidade dos elementos projetáveis compostos por forças de Fuzileiros, ligeiras e flexíveis, onde se privilegia o efeito surpresa, conhecimento situacional, mobilidade, manobra e letalidade. Esta componente anfíbia, pretendeu ainda revelar a essencialidade da integração de forças de operações especiais fortemente especializadas e o multi-domínio, quer no emprego do mar para o mar, quer no emprego do mar para terra.

Por fim, porque o atual paradigma securitário em que nos inserimos retrata a *Grande Segurança*, a terceira parte da demonstração procurou também trazer as preocupações da Marinha no quadro dos fenómenos humanos e naturais. Nesse âmbito, foi possível assistir ao resgate de um naufrago através dos meios da Autoridade Marítima Nacional.

A visita terminou com um almoço, que teve lugar no Palácio do Alfeite.







Fotos SAJ, ETC Silvia Parracho



# EMBARQUE NO NE BRASIL

## 35.ª VIAGEM DE INSTRUÇÃO DE GUARDA-MARINHAS

O Navio-Escola Brasil (NE Brasil) realiza, todos os anos, um cruzeiro com os objetivos de providenciar instrução teórica e prática aos Guardas-Marinhas brasileiros (GM), contribuir para a formação profissional e cultural dos futuros Oficiais e, ainda, estreitar os laços com países amigos, numa missão de "mostrar bandeira".

A convite da Marinha Brasileira (MB), quase todos os anos um Oficial da Marinha Portuguesa (MP) participa nessa Viagem de Instrução de Guarda-marinhas (VIGM), integrando-se no quotidiano dos GM. Com este intercâmbio, potencia-se a partilha de conhecimentos ao nível profissional e cultural entre duas marinhas tão interligadas ao longo da História.

Coube ao GMAR Filipe Cardoso o privilégio de participar na 35.ª VIGM.

### RECEÇÃO A BORDO



O GMAR Cardoso embarcou no NE Brasil, no início de setembro, em Lisboa. A VIGM começara 1 mês antes e Lisboa era a primeira escala europeia. O militar português foi recebido pelo Comandante do Navio – CMG Marcelo do Nascimento Marcelino.

Em Lisboa decorreu uma recepção que coincidiu com a celebração dos 199 anos da independência do Brasil, data assinalada com um convívio a bordo envolvendo várias entidades portuguesas.

### ROTINA

A bordo, o GMAR Cardoso teve oportunidade de acompanhar a rotina dos GM que era, de certa forma, semelhante à da Escola Naval. Durante o dia assistia a aulas teórico-práticas – nas áreas da navegação, tática, comunicações, entre outras. Havia ainda a componente desportiva e tempo livre para estudo, convívio e troca de experiências.

Nesta rotina diária a navegar, inseriam-se ainda os serviços de quarto à ponte, onde o GMAR Cardoso teve oportunidade de conhecer, um pouco melhor, a plataforma, e assumir a manobra do navio.

Aos domingos a rotina era, em quase tudo, parecida com a dos restantes dias. Com uma exceção – um almoço informal no convés de voo, organizado sempre por equipas de diferentes áreas, acompanhado de música tocada pela Banda do NE Brasil.

Estes eventos foram importantíssimos para toda a guarnição, e permitiram períodos de relaxamento e convívio.

No primeiro almoço-convívio em que o GMAR Cardoso participou, foi, inclusive, tocado e cantado pela banda um fado de Amália Rodrigues, o que acabou por ser um momento inesquecível, de tremendo respeito e admiração por ambas as partes.

### REPRESENTAÇÃO

Durante a navegação entre Londres (Reino Unido) e Koper (Eslovénia), aquando da passagem ao largo da costa portuguesa, foi realizada uma singela cerimónia no convés de voo do navio, presidida pelo comandante.

Dias antes ocorrera a passagem de mais um aniversário sobre a data da Implantação da República Portuguesa. Nessa cerimónia o GMAR Cardoso proferiu uma breve alocução para os GM e restantes oficiais, alusiva à importância e significado dessa data para Portugal.

A homenagem demonstrou o nível de atenção e de receptividade que o navio teve para com o GMAR Cardoso, enquanto representante da MP. Cada um dos outros oficiais convidados a bordo teve igualmente oportunidade de partilhar um pouco da história e cultura do seu país, em eventos semelhantes.

Após a "sua" cerimónia, o GMAR Cardoso teve ensejo de realizar uma apresentação sobre a MP. Esta apresentação decorreu no auditório e foi muito bem recebida pela plateia (a mesma que participara no evento anterior), que demonstrou muita atenção e curiosidade.





## PORTOS

A VIGM teve início (agosto de 2021) e fim (janeiro de 2022) no Rio de Janeiro, mas o oficial português apenas participou na perna europeia.

Antes de atracar em Lisboa o NE *Brasil* cruzara o Atlântico, com uma escala em Cabo Verde. De Portugal partiu rumo ao Mar do Norte, tendo atracado em Hamburgo (Alemanha); daí navegou para Londres (Reino Unido), tendo percorrido o famosíssimo Rio Tamisa. Finalizadas as escalas no norte da Europa, atravessou o Canal da Mancha, o Estreito de Gibraltar, e entrou em águas mediterrânicas, indo atracar em Koper. Do Mar Adriático partiu para o porto de Pireu (Grécia); em seguida, o navio atracou em Civitavecchia (Itália) e, posteriormente, em Toulon (França). De regresso ao Atlântico, voltou a sulcar águas jurisdicionais portuguesas - o navio fez escala, pela primeira vez na sua história, no porto de Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel – Açores).

Concluiu-se aí a participação portuguesa na 35.ª VIGM, que começara em setembro num porto nacional. O GMAR Cardoso desembarcou no final de novembro; estavam decorridos mais de 2 meses de viagem.

O navio prosseguiu a sua navegação, tendo ainda passado pelos Estados Unidos da América e pela Colômbia, antes de voltar ao Brasil, em meados de janeiro.

## DESPEDIDA

Após a viagem, ficam os conhecimentos partilhados, mas, sobretudo, as amizades feitas a bordo e tantas histórias para contar e recordar. Resta agradecer:

- À MB, o convite e a excelente maneira como receberam o oficial português.
- À MP o continuar a proporcionar estas experiências enriquecedoras, a nível pessoal e profissional.

Para trás fica a demonstração da forte relação, já existente, não só entre a MP e a MB, mas também com diferentes Marinhãs de países aliados e amigos.

*“Pelo mundo afora, navega Brasil”*



**Filipe Cardoso**  
GMAR



## NE BRASIL

O NE *Brasil* foi lançado ao mar em 1983, tendo realizado a sua primeira VIGM em 1987.

O navio foi desenvolvido a partir do projeto das Fragatas Classe *Niterói*, mas todas as suas instalações foram redesenhadas e adaptadas, a fim de oferecer melhor capacidade de ensino aos GM - salas de aula, simuladores de navegação, simuladores de ação tática, um auditório (com capacidade para 200 pessoas), uma sala de informática e uma área de convívio (exclusiva para os GM e os eventos protocolares).

Com 130 metros de comprimento, o navio tem alojamentos para cerca de 450 pessoas - 180 GM, 13 convidados (de outras Marinhãs amigas, das Forças Armadas Brasileiras e da Marinha Mercante Brasileira) e 255 elementos da guarnição (inclui professores e instrutores).

# 130.º ANIVERSÁRIO INSTITUTO DE SOCORROS A NÁUFRAGOS



Fotos SAJ ETC Silva Parracho

A vida é o bem mais precioso do ser humano!

Tudo o que pensamos, tudo o que fazemos, tudo o que almejamos, é realizado assumindo que temos vida, que estamos vivos para o fazer. Quer seja em cenário de guerra, quer seja em qualquer outra atividade com elevado risco associado, está sempre presente o objetivo de nos mantermos vivos, viabilizando a continuidade da nossa ação

## RESPOSTA AOS INFORTÚNIOS NO MAR

O mar sempre foi, e continua a ser, um ambiente de risco para quem nele navega ou o utiliza para o exercício da sua atividade comercial ou apenas lúdica. A atividade piscatória no mar tem milhares de anos; essa atividade está sempre relacionada com a subsistência das gentes que a ela se dedicam, e dos seus familiares. Mas está, também, regularmente associada a alguns acontecimentos trágicos, que nos marcaram e continuam a marcar gerações.

O socorro a náufragos tem sido uma atividade que tem acompanhado toda a evolução da utilização do mar, e das águas de transição e interiores.

A 27 de fevereiro de 1892, um violento temporal assolou a costa portuguesa, tirando a vida a 105 dos cerca de 900 pescadores que se encontravam em faina de pesca, ao largo da Póvoa de Varzim. Esta tragédia impulsionou a criação do Real Instituto de Socorros a Náufragos (RISN), por Carta de Lei de 21 de abril de 1892, por insistência da Rainha Dona Amélia, que chegou a presidir a essa instituição até à mudança de regime.

Mas já antes, no início do século XIX e nos seus períodos subsequentes, tinham existido algumas iniciativas no sentido de criar instituições e uma organização que respondesse aos inúmeros acidentes marítimos, costeiros e portuários, devidos a uma costa e barras deficientes a nível do seu assinalamento marítimo e às poucas condições de segurança das embarcações e dos seus tripulantes. É disso exemplo, entre outras iniciativas:

– Em 1828, a ordem do Rei D. Miguel para criar, junto à foz do Douro, uma casa para socorro a náufragos, guarnecida por uma embarcação salva-vidas

– A ordem da Rainha D. Maria II, em 1845, de sinalizar uma parte da barra do porto de Lisboa e guarnecê-la, também, com embarcações salva-vidas, que foram baseadas na Trafaria e em Paço de Arcos.

## SALVAMENTO MARÍTIMO

Com a criação do RISN em 1892, pela primeira vez o Estado contribui para uma intervenção nacional e permanente na área do salvamento marítimo, através de uma entidade privada, com um fundo financiado por várias fontes, públicas e privadas, onde se incluía o próprio Estado, pescadores, sócios do RISN, entre outros atores.

Também no início do século XX, com a crescente prática da natação e de banhos junto às praias, se tomou a iniciativa de:

– Implementar um sistema de vigilância, através da utilização de uma embarcação que percorreria a praia durante a realização dessas atividades.

– Colocar nessas áreas de maior prática balnear, 120 postos de praia com outros equipamentos de segurança que procuravam garantir a segurança dos banhistas.

O RISN muda a sua denominação para Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), por decreto de 29 de maio de 1911. Mais tarde, pelo decreto-lei n.º 41279, de 20 de setembro de 1957, passa a ser um organismo do Estado, integrado na Marinha. Atualmente e desde a publicação do decreto-lei n.º 44/2002, de 2 de março, o ISN, é um organismo integrado



Símbolo Histórico do Instituto de Socorros a Náufragos ("SPES" – Esperança em Latim)



na estrutura da Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM), com atribuições de direção técnica para as áreas do salvamento marítimo, socorro a náufragos e assistência a banhistas.

Nessas áreas de atuação e mais no âmbito do salvamento marítimo, importa referir que está aprovado um dispositivo de salvamento marítimo nacional, que contempla:

- 29 Estações Salva-Vidas (faltando edificar uma em Caminha), que se classificam como Principais, Secundárias ou Temporárias.
- Mais de 100 embarcações salva-vidas, com capacidade de intervenção oceânica, costeira, em águas restritas e em águas abrigadas.
- 120 tripulantes de embarcações salva-vidas, carreira especial criada pelo decreto-lei n.º 37/2016, de 12 de julho, para o pessoal pertencente ao mapa de pessoal civil do ISN que tem como missão o salvamento e socorro a náufragos.

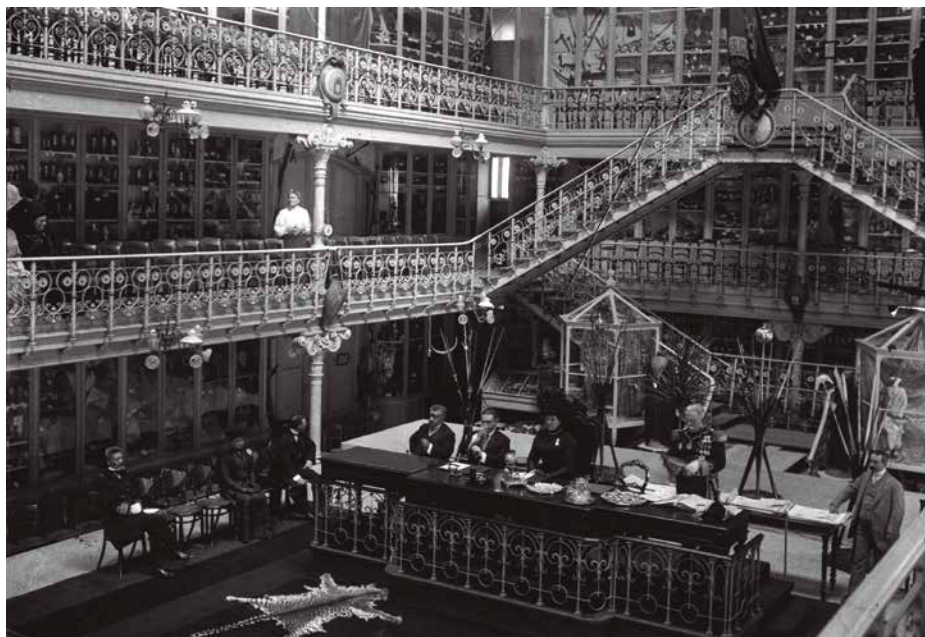
## ASSISTÊNCIA A BANHISTAS

No âmbito da atividade da assistência a banhistas, importa destacar as competências do ISN na regulação da atividade profissional de nadador-salvador, através da promulgação de orientações técnicas e operacionais, da certificação das Escolas de Formação e dos cursos por estas ministrados, culminando na certificação do próprio nadador-salvador para o exercício da atividade em todo o território nacional.

Na preparação anual da época balnear, o ISN participa em várias reuniões com outros atores institucionais e emite pareceres vinculativos aos planos integrados de salvamento ou de assistência a banhistas, cada vez mais implementados nas nossas praias marítimas.

Ainda nesta área, têm sido desenvolvidas diversas parcerias no âmbito da responsabilidade social, com:

- A Fundação Vodafone, através da implementação de projetos que procuram ter intervenção nas vertentes da segurança e da sensibilização dos banhistas.
- A Sociedade de Importação de Veículos de Automóveis (SIVA), no âmbito do Projeto *Seawatch*, que disponibiliza cerca de 30 viaturas *Amarok*, que são tripuladas por militares com formação nas áreas de intervenção do nadador-salvador e que se destinam a patrulhar, principalmente, praias não vigiadas durante a época balnear.



Rainha Dona Amélia a presidir a uma sessão no RISN.

- A BP, para o abastecimento das viaturas supramencionadas.
- A *Ocean Medical* que cede os desfibriladores automáticos externos que equipam as viaturas e que permitem potenciar o sucesso da intervenção em casos extremos.

## ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA

O ISN é membro fundador:

- Da *International Lifesaving Federation* (ILS), que é constituída por organizações de todo o mundo que se dedicam ao salvamento aquático.
- Da *International Maritime Rescue Federation* (IMRF), que reúne países de todo o mundo para que sejam partilhados e fortalecidos conhecimentos e capacidades, tendo em vista tornar o salvamento marítimo e o socorro a náufragos, mais eficiente e eficaz.

A representação nacional nesses organismos é uma das linhas de ação estratégicas mais importantes, tornando o ISN um ator relevante a nível internacional, nas matérias da sua competência.

## COMEMORAÇÕES

Durante a semana de 18 a 24 de abril de 2022, o ISN vai promover a realização de uma série de atividades que assinalarão as comemorações dos 130 anos. No programa, destaque para a cerimónia comemorativa de mais um ano de intensa atividade, que se irá realizar na Póvoa de Varzim, e no decurso da qual será entregue a mais recente embarcação salva-vidas com capacidade oceânica, construída nos estaleiros da Arsenal do Alfeite, SA.

Esta embarcação de tecnologia moderna, irá homenagear um dos reconhecidos heróis do salvamento marítimo em Portugal, um pescador poveiro, nascido em 1817, de seu nome José Rodrigues Maio. Este homem, caracterizado pela sua competência, abnegação e espírito de sacrifício e, ao mesmo tempo, possuidor de grande humildade, encarava o socorro a náufragos como a sua maior missão, à qual se entregava com uma audaz coragem e, há quem diga, com uma cegueira em ajudar o próximo, o que poderá ter levado à alcinha pela qual era conhecido – “Cego do Maio”.

O salva-vidas batizado como *Patrão Cego do Maio* irá chegar e permanecer na Póvoa de Varzim, contribuindo para aumentar a eficácia do salvamento marítimo e a segurança dos homens do mar.

## CONCLUSÃO

Esta instituição dispõe já de uma história significativa, recheada de várias estórias e outros episódios que a glorificam. Não somos nós, que a servimos, que o dizemos, mas as diversas pessoas que fazem questão de nos lembrar da sua importância. De nos lembrar que devemos continuar a dar esperança a quem mais precisa, a quem precisa de ser salvo, honrando os fundadores da instituição e o seu símbolo histórico “SPES”.

O ISN está de parabéns, não só por concluir mais um ano de existência, mas, principalmente, por continuar a contribuir para o seu fim maior – “Salvar vidas”.



Colaboração do  
**INSTITUTO DE SOCORROS A NAUFRAGOS**



Luneta do Hemiciclo, com pintura a óleo sobre tela representando as Cortes Constituintes de 1821, concebida por José Maria Veloso Salgado entre 1820 e 1823, Foto de Tiago Fernandez e Sandra Ribeiro, 2021  
© Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, PT-AHF/AF/R1747/i28

# A CONSTITUIÇÃO DE 1822

## 200 ANOS DE CONSTITUCIONALISMO EM PORTUGAL

### PARTE I

“A Constituição política da Nação Portuguesa tem por objecto manter a liberdade, segurança, e propriedade de todos os Portugueses”. Preceituava assim o artigo 1º da Constituição de 1822. Completam-se, este ano, exatamente dois séculos de história constitucional em Portugal, sendo que o percurso nacional das instituições parlamentares não se iniciou apenas em 1910, como, por vezes, poderá existir a ideia até devido ao marcante período institucional de regime que existiu desde essa data. Importa, assim, pela relevância fulcral que o texto constitucional de 1822<sup>1</sup> teve num determinado contexto geopolítico e social, atentar nas formulações que o seu articulado estabeleceu, bem como nos pressupostos que conheceu no âmbito da designada revolução liberal.

#### ENQUADRAMENTO

O caminho europeu do liberalismo e as vontades crescentes de vários setores da sociedade nacional em que existisse um parlamento com representantes do povo fizeram emergir, inicialmente, em 1820, a designada revolução do Porto, da qual nasceu todo o contexto para a convocação das primeiras Cortes Constituintes, encarregues, precisamente, de elaborar um texto constitucional. Toda a ideologia liberal assentava na ideia de que a soberania deveria transitar do Rei para o povo<sup>2</sup>, que a exerceria através de representantes eleitos que, em âmbito parlamentar, representariam a Nação, fariam em nome dos representados e definiriam as grandes linhas da política e do ordenamento legislativo nacional.

Perante um país totalmente descrente, dependente, rural, fortemente empobrecido e sujeito às suseranias próprias de um contexto político *feudalizado*, acrescido do facto do poder Real estar, há quase década e meia<sup>3</sup>, estruturado no Brasil<sup>4</sup>, as burguesias mercantis impulsionavam movimentos de raiz liberal fortemente ideológica, motivando massas populares nas ruas, e as elites nos gabinetes, agregando coesões com peso sócio-político para induzir mudanças estruturais no regime.

Os alvares dos ideais de inspiração liberal e de criação de uma organização política assente em novos pressupostos de organização sócio-política foram, de facto, fortemente inspirados nas revoluções francesa e americana e, em termos de formação

de um quadro constitucional, na Constituição de Cádiz de 1812<sup>5</sup>.

Aquele momento da convocação das Cortes, e o texto constitucional de 1822, de conteúdo acentuadamente parlamentarista como adiante veremos, representou, afinal, o terminar de um longo tempo histórico com praticamente 700 anos<sup>6</sup>, embora Portugal não tivesse, claramente – a não ser em períodos muito circunstanciados, em especial com a época pombalina – uma tradição de absolutismo puro na abordagem política que o regime conheceu, de forma acentuada, noutros Estados europeus.

Do seu articulado, resulta claro que a soberania passaria a residir no Congresso<sup>7</sup>, e não no Rei, facto que viria a suscitar fortíssimas reações devido às limitações aos poderes Reais e do próprio poder executivo face à claríssima ascensão do poder parlamentar.

Aliás, o predomínio de deputados ditos mais radicais nas Cortes Extraordinárias Constituintes induziu a que o articulado da Constituição revelasse uma ostensiva visão de um parlamentarismo exacerbado, e um acentuado *republicanismo*, o que, na altura, provocaria uma acutilante reatividade e revolta não apenas das forças mais conservadoras, mas igualmente das liberais mais moderadas, que eram, notoriamente, a maioria da arquitectura social de então.

A revolução de 1820 seguiu, na sua lógica indutora, um movimento europeu, tendo ocorrido revoltas liberais, precisamente, nesse ano, em Nápoles, Turim<sup>8</sup> e Madrid, numa acção condenada pelos Estados (unidos na Santa Aliança) que decidiram intervenções militares nos países onde tais revoltas mais radicais ocorriam.

A Vilafrancada, em Maio do ano seguinte, marcaria um novo tempo, e ditaria o fim da Constituição de 1822. O fulgor inicial das invocações liberais mais radicais foi conhecendo o desgaste próprio das desmotivações, tendo-se verificado, também, o progressivo abandono de ideários e das lutas políticas por parte de algumas das elites liberais mais conservadoras, e tradicionalistas<sup>9</sup>, muito devido ao facto do chamado *verbalismo ideológico* não ter efectivas repercussões em reformas concretas<sup>10</sup>. Os contra-revolucionários impuseram, em 1823<sup>11</sup>, a ideia de que o sistema liberal se caracterizava por meras lutas teóricas estéreis de âmbito parlamentar e por amplos e intensos debates que dividiam e sectorizavam gravemente o País<sup>12</sup>. Na Vilafrancada, e noutros





Manuel Fernandes Tomós

momentos que se lhe seguiram, os absolutistas jogaram um papel fundamental e, na prática, acabaram por dar todo o enquadramento político que subsistiria até 1826.

Prova disso é que vários liberais – de quadrantes mais conservadores, e até tradicionalistas *liberalizantes* – estiveram na revolta em Vila Franca ou participaram na cena política logo a seguir ao golpe, sendo que a sua acção – com excepção de casos muito circunstanciados como o de Palmela<sup>13</sup> – teve pouco relevo, verificando-se que, em geral, eles participaram no próprio *vintismo*.

D. João VI prometeu que subscreveria e juraria outra Constituição, mas viria a morrer em 1826, deixando uma questão dinástica grave entre os seus dois filhos, D. Pedro e D. Miguel.

D. Pedro abdicaria dos seus poderes soberanos – que naturalmente lhe caberiam como filho mais velho – na sua filha D. Maria da Glória, porque estava comprometido com o colossal Brasil, como seu imperador, desde 12 de Outubro de 1822, e ele próprio ali viria a outorgar um novo texto constitucional, a Carta Constitucional, a qual definiu que os poderes são 4, incluindo o poder moderador<sup>14</sup> que era atribuído ao Rei.

Mais tarde, D. Miguel – que havia tido um papel relevante na Vilafrancada – e regressado a Portugal, é aclamado Rei absoluto primeiro numa base popular electiva a 1 de Março de 1828, as Cortes são dissolvidas a 13 de Março, e, já depois de mandados reunir os Três Estados por Decreto de 3 de Junho, e realizada a reunião a 23 de Junho no Paço da Ajuda, é aclamado Rei absoluto a 7 de Julho desse ano<sup>15</sup>.

O Rei não jurou a Carta Constitucional, iniciando-se um período trágico de guerra civil com o país ideologicamente dividido ao meio, o qual apenas terminará com a vitória liberal<sup>16</sup> e a entrada em vigor, de novo, da Carta de 1826. Este texto, contudo, suscitaria posterior descontentamento nas elites políticas<sup>17</sup> pelo facto de não lhe reconhecerem legitimidade em sede de aprovação parlamentar, sendo, ainda, objecto de fortíssimas críticas pelo facto de colocar em causa o princípio da soberania popular que havia sido formalmente expresso no texto constitucional de 1822<sup>18</sup>, envolvente que ganhou força com a experiência das revoltas, durante 1836, em Espanha. Nesse ano, em Portugal, tendo a revolta popular tido ulterior apoio militar, e conferido poder aos representantes designados pelo movimento<sup>19</sup>, seria, de novo, proclamada a Constituição de 1822, tida como um texto constitucional mais puro, com maior ênfase de poder popular atribuído ao poder legislativo, como a seguir se confirmará pelos termos do seu articulado.

Ou seja, no tempo histórico, a Constituição de 1822 teve apenas dois breves períodos de vigência efectiva; um primeiro, de 23 de Setembro de 1822 a 2 de Junho de 1823, e um segundo que se iniciou com a designada revolução de 9 de Setembro de 1836, sendo que, através do Decreto de 10 de Setembro desse ano, foi abolida a Carta Constitucional de 1826 e colocada transitoriamente em vigor a Constituição de 1822 até à elaboração de um novo texto constitucional, o que apenas ocorreria a 4 de Abril de 1838.



**Dr. Luís da Costa Diogo**  
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

#### Notas

<sup>1</sup> O texto constitucional havia sido decretado pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, para tal reunidas em Lisboa no ano de 1821.

<sup>2</sup> A primeira Constituição francesa, como sabemos, era de 1791, tendo influenciado as bases da Constituição de Cádiz de 1812, em Espanha, e a revolução portuguesa de 1820. Embora se possa estranhar a demora, é útil sublinhar que, há dois séculos, a difusão doutrinária e as linhas do conhecimento demoravam por vezes muitos anos a criar raízes de influência internacional.

<sup>3</sup> Havendo a ideia generalizada de que era ali o centro do império, estando Portugal continental na condição de colónia.

<sup>4</sup> De onde regressaria apenas em Abril de 1821.

<sup>5</sup> Cuja estrutura jurídica, aliás, influenciaria muito significativamente, o articulado de 1822.

<sup>6</sup> A Constituição de 1822 foi elaborada 679 anos depois da fundação da nacionalidade, ou, preferindo-se adotar a data de 1128 como o início de um poder soberano assumido por via electiva para a Nação portuguesa, 694 anos depois desse momento.

<sup>7</sup> No Título III, de epígrafe *Do Poder Legislativo ou das Cortes*, definia-se no artigo 32º que “A Nação Portuguesa é representada em Cortes, isto é, no ajuntamento dos Deputados, que a mesma Nação para esse fim elege com respeito à povoação de todo o território Português”, mais se estabelecendo no artigo 94º (do Capítulo III, do mesmo Título) que “Cada Deputado é procurador e representante de toda a Nação, e não o é somente da divisão que o elegeu”.

<sup>8</sup> Recorde-se que, precisamente nestas duas cidades da península itálica, o exército austríaco interveio, restabelecendo o regime absoluto em 1821.

<sup>9</sup> Aliás, de 1820 a 1823, foi a acção dos absolutistas que encarnou fundamentalmente o processo contra-revolucionário concomitante à revolução, sendo de relevar as posições do cardeal-patriarca e da Rainha – D. Carlota Joaquina – contra os documentos constitucionais, as acções militares do conde de Amarante e, por fim, do próprio D. Miguel, a actividade parlamentar e panfletária de José Acúrsio das Neves e os escritos agressivos de José Agostinho de Macedo ou de Francisco de Assis Castro Mendonça. Sobre desenvolvimentos de todo este enquadramento, ver Joel Serrão e Reis Torgal.

<sup>10</sup> O que, a acontecer, teria dado maior ênfase e interesse a que outro tipo de burguesias interferisse directamente no debate político.

<sup>11</sup> Ano em que, em Abril, e a mando da Santa Aliança, tropas francesas invadiram Espanha, com vista à liquidação política da Constituição ali vigente, e que muitos autores consideram ter sido mesmo o elemento motivador mais relevante para ter ocorrido a revolta de Vila Franca.

<sup>12</sup> É possível concluir que, em 1823, tinha surgido um conjunto de condições que facilitariam qualquer tipo de golpe contra-revolucionário, as quais resultaram, por um lado, da incapacidade demonstrada pelas forças liberais e, por outro, da acção contra-revolucionária de algumas forças de tonalidade política variada e de interesses e intenções diversas, tendo, porém, larga primazia o sector absolutista.

<sup>13</sup> Que foi dos que procurou agir contra o *vintismo* na cena internacional.

<sup>14</sup> Poder que tem a função de harmonizar, articular, compensar e moderar os outros 3 constitucionalmente definidos, o Legislativo, o Executivo e o Judicial.

<sup>15</sup> Com o juramento de D. Miguel aos Três Estados segundo a forma do alvará das Cortes de 1647, tendo os *três braços* prestado juramento do preto e homenagem ao Rei.

<sup>16</sup> A 26 de Maio de 1834 foi assinada a Convenção de Évora-Monte, D. Pedro promulgou uma amnistia e D. Miguel abandonou o Reino a 1 de Junho de 1834 a bordo do vapor inglês *Stag*, com destino a Génova.

<sup>17</sup> A revolta de 9 de Setembro não foi, apenas, marcada pelo descontentamento do texto constitucional imposto pela Carta, mas pela fase que se vivia de excessiva dependência da Inglaterra em muito face às premissas do Tratado de Comércio de 1810 – mas também pela fortíssima tutela político-militar (Beresford) que levou, inclusivamente, à revolta de alguns militares em 1817 presumivelmente (isso não é seguro) dirigidos pelo general Gomes Freire de Andrade –, da ascensão muito notória de uma burguesia mercantil que enriquecia com linhas de negócio externo a qual assumia, também, um significativo número de cargos políticos, níveis de vida de muito baixo padrão do designado operariado urbano, e o acentuar do clima de revolta que, próximo, ia existindo por Espanha, e que culminou na revolta de 1836.

<sup>18</sup> Em cujo artigo 104º, do Capítulo IV (do superamencional Título III), de epígrafe *Do Exercício do Poder Legislativo*, se estipulava que “A Lei é a vontade dos cidadãos declarada pela unanimidade ou pluralidade dos votos de seus representantes juntos em Cortes, precedendo discussão pública. A lei obriga os cidadãos sem dependência da sua aceitação”, mais se definindo no artigo 105º do articulado constitucional de 1822 que “A iniciativa directa das leis somente compete aos representantes da Nação juntos em Cortes. Podem contudo os Secretários de Estado fazer propostas, as quais, depois de examinadas por uma comissão das Cortes, poderão ser convertidas em projectos de lei”.

<sup>19</sup> Designadamente, sob o governo do Conde de Lumiares, Sousa Coutinho, Sá da Bandeira e Passos Manuel. Sublinhe-se que, de, desde essa data até 10 de Agosto de 1837, Portugal conheceu 5 Governos, sendo que, antes, desde 24 de Setembro de 1834 até à instauração do *Setembrismo*, tinham já existido 7, portanto, um período de 3 anos marcado por uma intensíssima instabilidade político-governativa.

# PROGRAMA SWAIMS

## (SUPPORT TO WEST AFRICA INTEGRATED MARITIME SECURITY)



O Golfo da Guiné (GdG) é uma importante zona de navegação marítima que vai do Senegal e Cabo Verde até Angola, cruzada diariamente por cerca de 1.500 navios de todos os tipos e de diversas bandeiras, que transportam não só petróleo e gás, mas também outros bens, de e para África, e também para as diferentes regiões do mundo.

O artigo A CRIMINALIDADE MARÍTIMA NO GOLFO DA GUINÉ, publicado nas edições n.º 565 (AGO21) e n.º 566 (SET21) da RA, centrava-se nas ameaças para São Tomé e Príncipe. Agora aborda-se o combate a essas e outras ameaças.

### A (IN)SEGURANÇA MARÍTIMA NO GOLFO DA GUINÉ

Nos últimos anos tem-se assistido uma vasta gama de ameaças à segurança marítima em toda a região, incluindo pirataria e roubo armado, rapto de tripulantes para resgate, roubo de petróleo, tráfico e contrabando (drogas, armas e seres humanos), pesca ilegal, não declarada e não regulada e crimes ambientais. Estas atividades ilícitas afetam gravemente o desenvolvimento económico da região e refletem-se em todo o globo. A extensão e o impacto da insegurança marítima não são fáceis de avaliar com precisão, mas sabe-se que afeta em especial as dimensões económica e social, custando milhares de milhões de dólares por ano<sup>1</sup>.

Em cada instante, 30 navios de bandeira europeia navegam no GdG, e 10% das importações de petróleo da União Europeia (UE) e 4% das importações de gás são provenientes de países do GdG. Estes números irão certamente subir, no quadro das sanções impostas à Rússia na sequência da guerra com a Ucrânia.

Em 2020 a Nigéria foi o segundo fornecedor de petróleo a Portugal, com 17,1% do total das importações, e o principal fornecedor de gás natural, com 54,4% do total<sup>2</sup>.

Apesar da redução geral no número de incidentes e raptos de tripulantes no último ano relativamente aos quatro anos anteriores (Figuras 1 e 2), importa reter que a totalidade dos raptos em 2021 ocorreu no GdG (57), e que já em 2020 se tinham registado 130 raptos naquela região, representando 96% do total mundial.

As explicações para esta diminuição do número de incidentes em 2021 não são consensuais, mas é possível que se deva a um conjunto de fatores:

- Os efeitos da pandemia, somado ao receio dos armadores em arriscarem os seus navios em águas tão perigosas, que levaram a uma redução do tráfego marítimo e à queda do volume de carga nos principais portos dos Estados do GdG.

- A maior concentração de meios navais europeus, quer por iniciativas bilaterais, quer por via da implementação das “Presenças Marítimas Coordenadas” (PMC)<sup>3</sup>.

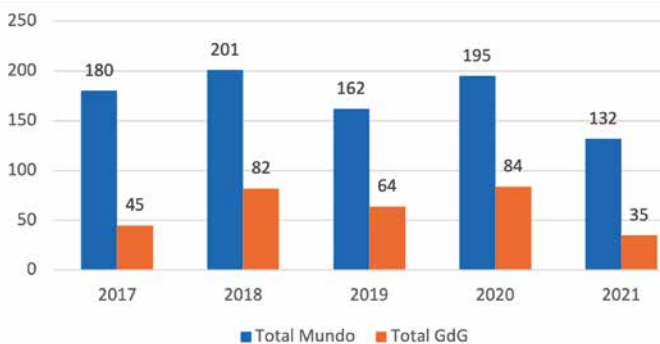


Figura 1 - Número total de incidentes reportados no Mundo e no GdG  
Fonte: ICC International Maritime Bureau

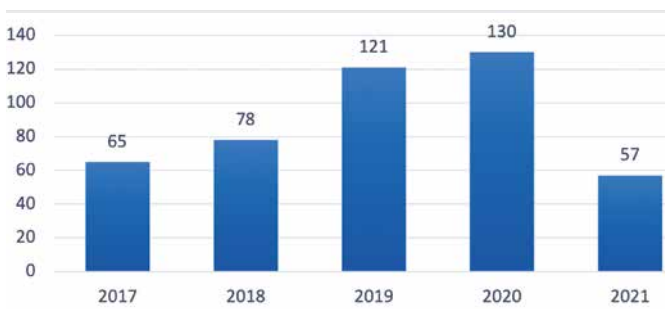


Figura 2 - Número total de tripulantes raptados no GdG  
Fonte: ICC International Maritime Bureau



- O esforço dos Estados costeiros, em especial da Nigéria, com a implementação do seu projeto “Deep Blue”<sup>4</sup>. As recentes e pioneiras condenações por atos de pirataria, em tribunais da Nigéria e do Togo, poderão também ter tido um efeito dissuasor, mostrando que o crime não compensa. O futuro dirá se a diminuição do número de incidentes e de raptos é uma tendência para continuar ou se se trata apenas de um fenómeno pontual.

### A RESPOSTA DA UNIÃO EUROPEIA

Em junho de 2013, os líderes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO<sup>5</sup>), da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC<sup>6</sup>) e da Comissão do GdG reuniram-se em Yaoundé, nos Camarões. Aquela que ficaria conhecida como a Cimeira de Yaoundé, lançou as bases de uma estratégia regional comum para prevenir e reprimir atividades ilícitas nas águas do GdG, com a criação de três mecanismos:



- O Código de Conduta de Yaoundé.
- A Declaração dos Chefes de Estado.
- O Memorando de Entendimento entre as organizações regionais. Este conjunto de instrumentos inspirou o desenvolvimento da denominada “Arquitetura de Yaoundé”<sup>7</sup>, com o objetivo de aumentar a coordenação entre organismos regionais e ampliar a partilha de informação.

As ações regionais entretanto levadas a cabo, incluindo a Estratégia Marítima Integrada da CEDEAO<sup>8</sup> e a implementação da Arquitetura de Yaoundé, estabelecem uma base potencialmente eficaz para abordar a insegurança marítima, mas carecem ainda de operacionalização.

Na sequência da Cimeira de Yaoundé, a UE, preocupada com os riscos que se colocavam aos Estados costeiros e com a escala global da ameaça, definiu as ações potenciais que poderia levar a cabo para ajudar aqueles Estados e organizações regionais a enfrentar o problema, através de uma abordagem abrangente e em coordenação com os parceiros internacionais.

Logo em 2014 foi estabelecida a Estratégia e o Plano de Ação da UE para o GdG para o período 2015-2020, no quadro dos quais tem vindo a implementar e financiar um conjunto muito alargado de programas de apoio. Um desses programas é o “Support to West Africa Integrated Maritime Security” (SWAIMS), com várias componentes financiadas pelo 11.º Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED) – totaliza 29 milhões de euros, no período de implementação 2019-2024.

## CARACTERIZAÇÃO DO SWAIMS

O objetivo global do SWAIMS é apoiar a Estratégia Marítima Integrada da CEDEAO e melhorar a proteção e segurança marítima no GdG através de uma abordagem combinada em atividades jurídicas, técnicas e operacionais na região. Apoiar não só os quinze países da CEDEAO, mas também a Mauritânia; considera dois objetivos específicos:

- (1) Reforço dos quadros jurídico, de governação e de aplicação da lei, para se alcançar maior sucesso na acusação e condenação por crimes marítimos;
- (2) Reforço das capacidades operacionais e de resposta no âmbito da aplicação da lei no mar.

### Objetivo (1):

Reforçar os quadros jurídico, de governação e de aplicação da lei para alcançar maior sucesso na acusação e condenação por crimes marítimos

#### Ações:

1. Reforçar a governação marítima integrada, políticas, leis e sistemas para apoiar a segurança marítima.
2. Desenvolver, reforçar e adotar legislação, políticas e Memorandos de Entendimento para acusação e julgamento de crimes marítimos.

### Objetivo (2):

Reforçar as capacidades operacionais e de resposta no âmbito da aplicação da lei no mar

#### Ações:

1. Desenvolver uma base de dados criminal para partilha.
2. Avaliar os circuitos financeiros ilícitos gerados pela criminalidade marítima.
3. Reforçar a resposta operacional e a ação do Estado no mar através do fornecimento de equipamento de resposta rápida e forense.
4. Reforçar a formação operacional no âmbito regional.
5. Melhorar a coordenação com o sector privado e a participação da sociedade civil.
6. Fornecer e instalar equipamento nos centros de coordenação regionais e locais para responder às necessidades associadas à Arquitetura de Yaoundé

Cada um dos objetivos foi dividido em diversas componentes, também designadas por Ações (Figura 3).

O SWAIMS tem dois órgãos principais de governação: o *Steering Committee* (SC) e o *Technical Coordination Committee* (TCC).

O SC:

- Fornece as orientações estratégicas e recomendações aos parceiros de implementação do programa, assegurando assim a eficiência, a coerência a coordenação eficaz entre os parceiros durante as diferentes fases.

- Valida o plano anual e respetivo orçamento e aprova os relatórios de atividade elaborados pelos implementadores.

- É copresidido pela Comissão da CEDEAO<sup>9</sup> e pela Delegação da União Europeia (DUE) em Abuja, na Nigéria.

- É composto pelos países do GdG beneficiários do SWAIMS, pela União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e por todos os representantes institucionais dos parceiros de implementação das diferentes componentes do SWAIMS.

O TCC:

- Assegura a coordenação entre os parceiros de execução e a coerência técnica em todas as componentes do programa.

- Promove o estabelecimento de sinergias e fomenta a troca de experiências e lições aprendidas em todos os programas<sup>10</sup> financiados pela UE.

O SC e o TCC reúnem ordinariamente duas vezes por ano, podendo ser convocados extraordinariamente.

## COMPONENTE DE GESTÃO DELEGADA OPERATIONAL RESPONSE AND MANAGEMENT OF THE RULE OF LAW AT SEA

A Comissão Europeia pode delegar fundos a uma entidade de um Estado-Membro para a gestão de programas de cooperação. Para que tal seja possível, as entidades delegadas têm que obter previamente uma certificação garantindo a defesa dos interesses e a visibilidade externa da União Europeia.

O Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.) é uma das entidades certificadas e, por isso, reúne as condições para se candidatar a este modelo de gestão delegada, o que tem feito com vários projetos da UE, com reconhecido mérito e sucesso.

A DUE em Abuja convidou Portugal a assumir a gestão da Ação n.º 3 do objetivo (2) da Figura 3 – *Reforçar a resposta operacional e a Ação do Estado no mar através do fornecimento de equipamento de resposta rápida e forense* (de forma abreviada e em língua inglesa “Operational Response and Management of the Rule of Law at Sea”). Depois de um longo e complexo processo negocial, a formalidade foi concretizada através da assinatura, em 4 de setembro de 2020, de um “Acordo de Contribuição” entre o Camões, I.P. e a DUE.

O produto operacional esperado desta Ação é a aquisição e fornecimento de 30 embarcações semirrígidas e de kits de equipamento forense, assim como a formação e o treino nas áreas de operação e manutenção das embarcações, fiscalização da pesca e recolha e

Figura 3 – Objetivos e respetivas Ações do SWAIMS

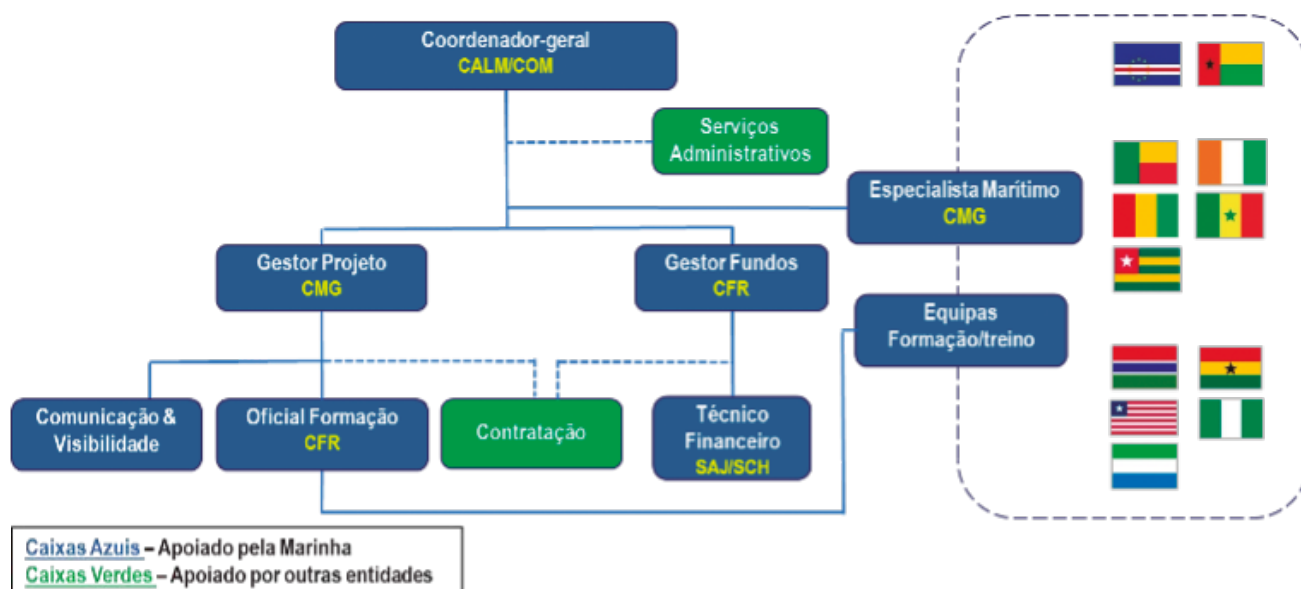


Figura 4 – Organograma da UIC

preservação de provas criminais. Os potenciais beneficiários são as marinhas, guardas-costeiras e outras agências de aplicação da lei no mar dos doze Estados costeiros da CEDEAO<sup>11</sup>. A Ação tem um tempo de execução de 45 meses, *i.e.*, até junho de 2024.

A complexidade das atividades previstas no projeto exigia um profundo conhecimento situacional marítimo do GdG, bem como o conhecimento técnico dos meios a adquirir e dos requisitos necessários para a sua operacionalização, atributos identificados com naturalidade na Marinha.

Na ponte entre a Marinha e o Camões, I.P. esteve a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPND), que tem por missão promover e coordenar a política de cooperação no domínio da defesa e assegurar o relacionamento bilateral e multilateral nesse âmbito. A DGPND assume assim um papel incontornável na formulação das linhas de ação da política de defesa, em coordenação com as Forças Armadas e em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

A 26 de fevereiro de 2021, foi celebrado um Contrato Interadministrativo entre o Camões, I.P., a DGPND e a Marinha, definindo as obrigações das partes e criando uma estrutura designada “Unidade de Implementação do Camões” (UIC), responsável pela implementação da Ação no terreno. Esta Unidade é dirigida por um CALM ou COM e composta por mais cinco militares da Marinha, nomeados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de dezembro<sup>12</sup>, nos termos definidos por despacho do Ministro da Defesa Nacional<sup>13</sup>, exceto o especialista marítimo<sup>14</sup>. Este último é também o oficial de ligação do projeto com a CEDEAO e com os outros parceiros regionais, desempenhando as suas funções na Embaixada de Portugal em Abuja. O organograma da UIC encontra-se representado na Figura 4.

Esta componente de gestão delegada do SWAIMS é financiada com:

- 10 milhões € (80%) da EU;
- 368.410 € (3%) do Camões, I.P.;
- 1.841.474 € (15%) da Marinha; e
- 268.410 € (2%) da DGPND.

## ESTRUTURA DE GESTÃO

A UIC tem a execução operacional do projeto; os seus elementos iniciaram funções aquando da sua nomeação, em abril de 2021<sup>15</sup>.

Responsabilidades da UIC:

- Assegurar que todas as atividades planeadas são executadas de forma adequada e com a participação de todas as contrapartes e Estados beneficiários.

- Ligar com os outros parceiros de implementação das restantes componentes do SWAIMS – UNODC<sup>16</sup>, GIABA<sup>17</sup>, ISMI<sup>18</sup> e RMU<sup>19</sup> – e com as autoridades com competências no âmbito da aplicação da lei dos diversos Estados, assim como com outros Estados Membros da UE empenhados em matéria de segurança marítima no GdG.

A nível operacional, a UIC assegura que os resultados desta Ação – nomeadamente o Memorando de Entendimento (MdE), o processo de aquisição e planos de entrega dos equipamentos e os módulos de formação – são acordados e implementados tendo em conta o quadro lógico e o calendário indicativo.

Para além das responsabilidades para com o SC, a UIC é apoiada por:

- Um Grupo de Aconselhamento, composto por representantes do MNE e do MDN. O Grupo fornece contributos políticos complementares tendo em conta as recomendações do SC e a evolução da execução da Ação, sendo regularmente informado do respetivo progresso.

- Uma Rede Local Permanente, composta pela rede diplomática, de cooperação e militar portuguesa na região do GdG. Garante o diálogo permanente com a UIC, acompanhando potenciais mudanças de contexto em cada Estado membro da CEDEAO.

A Figura 5 sistematiza a estrutura de gestão.

## EXECUÇÃO DA AÇÃO

A concretização do projeto assenta em quatro atividades principais:

a) **Estabelecimento de um MdE**, assinado entre o Camões, I.P. e os Estados beneficiários, onde se detalham as responsabilidades e obrigações de cada uma das partes.

O cumprimento dos requisitos acordados no Memorandum é condição essencial para cada Estado manter o estatuto de beneficiário. O MdE consagra: (i) a identificação da entidade responsável pela receção do equipamento; (ii) as garantias das isenções fiscais e aduaneiras para o material a entregar; (iii) a facilitação dos procedimentos de trânsito; (iv) as garantias de segurança e proteção das equipas de



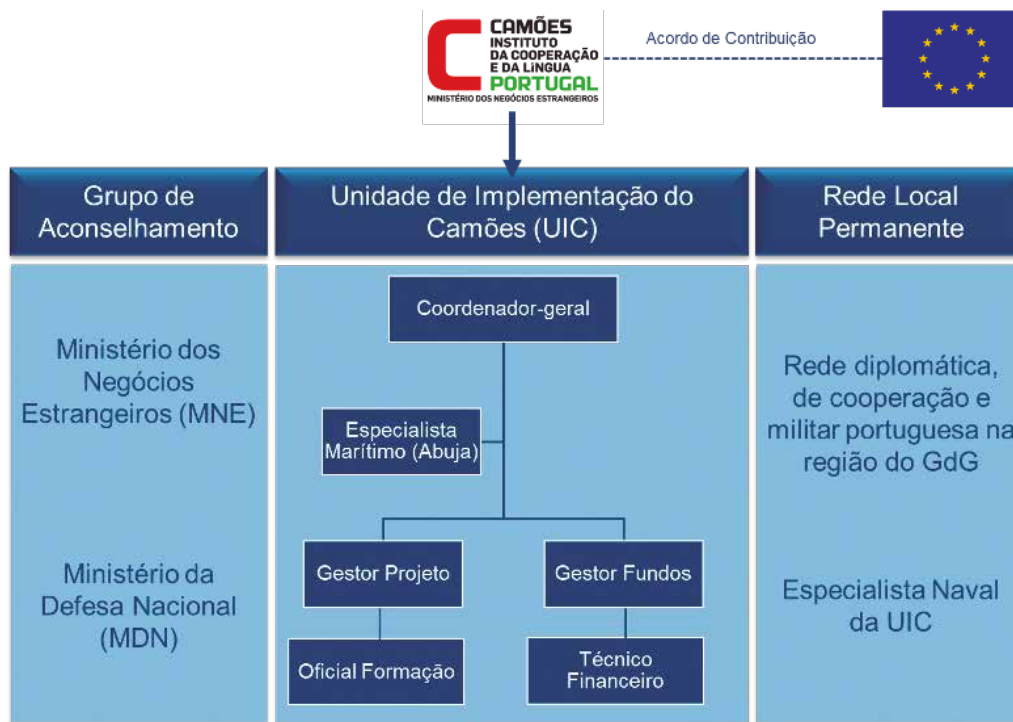


Figura 5 – Estrutura de gestão da Ação “Operational Response and Management of the Rule of Law at Sea”

formação e treino no terreno; e (v) a seleção dos formandos habilitados. O MdE deverá ser suficientemente flexível para permitir incorporar as particularidades de cada país, sem prejuízo dos restantes.

- b) **Aquisição e entrega das 30 embarcações semirrígidas e do material forense**, através de concurso público internacional. Esta atividade inclui a definição do número de embarcações a atribuir a cada Estado, decisão que cabe ao SC.
- c) **Ministrar formação e treino** em três áreas: (i) operação e manutenção das embarcações; (ii) fiscalização da pesca; e (iii) manuseamento do equipamento forense. Esta atividade é composta por três fases:
- 1.<sup>a</sup> – A avaliação de necessidades – a efetuar por equipas de formadores da Marinha e da AMN, que se deslocarão aos países beneficiários para esse fim. Permitirá adquirir o conhecimento das fragilidades e potencialidades nas matérias a abordar, de modo a, se necessário, flexibilizar e ajustar a formação e o treino em conformidade. Possibilitará também assegurar que serão criadas localmente as condições adequadas para o desenvolvimento posterior da atividade formativa.
  - 2.<sup>a</sup> – Formação em Portugal de três formandos de cada Estado, 36 no total. Estes elementos receberão três meses de formação, incluindo um módulo de formação de formadores, e integrarão posteriormente a terceira fase. Toda a formação será ministrada nas três línguas oficiais da CEDEAO – francês, inglês e português – o que constituirá um desafio adicional para as estruturas formativas da Marinha e da AMN.
  - 3.<sup>a</sup> – Replicação da formação e treino nos respetivos países, juntamente, e com a supervisão, de equipas de formadores portugueses.
- d) **Execução de um exercício naval** na região do GdG, a desenvolver pela Marinha e AMN no final da implementação da Ação, com a participação de um meio naval. Pretende colocar em prática os conhecimentos e valências adquiridas pelas equipas formadas e treinadas no âmbito do projeto, confirmando que ficam preparadas para o seu envolvimento

em cenários difíceis e sensíveis e para interagirem com os seus pares nos países parceiros.

Até à data, o trabalho dos elementos da UIC tem-se focado apenas nas duas primeiras atividades, em permanente colaboração com o Camões, I.P., a Marinha, a AMN e a DGPDN:

– Foi desenvolvida uma proposta de MdE, já remetida à CEDEAO e à DUE.

– Foi preparada, lançada, e analisados os resultados, uma consulta preliminar para a aquisição das embarcações, para avaliar a resposta do mercado.

– Está em fase final de preparação o conjunto de peças processuais e documentação para o lançamento do concurso público internacional.

– Têm sido efetuadas reuniões com várias entidades, nacionais e estrangeiras, e asseguradas as participações no TCC e SC.

– Foram concretizadas deslocações do Coordenador-geral e do Oficial de Ligação aos Estados beneficiários para divulgar o projeto, estabelecer contacto com as entidades locais e identificar necessidades e oportunidades que permitam a melhor implementação da Ação em cada país. Em 2021 foram visitados o Gana, Cabo Verde, Guiné-Bissau e a Costa do Marfim (participação na Reunião do Subcomité da CEDEAO dos Chefes das Marinhas e das Guardas-Costeiras). A deslocação a Dakar, Senegal, foi cancelada devido à pandemia, mas foi possível realizar um *webinar* no âmbito das *Dakar Ocean Talks* com o inestimável apoio da Embaixada de Portugal<sup>20</sup>.

– Foi acompanhada (por um elemento da UIC), no Benim, a realização de um exercício multinacional da CEDEAO, sob coordenação do *Multinational Maritime Coordination Center* (MMCC) sediado em Cotonou.

Para o corrente ano estão planeadas visitas aos restantes países, procurando coordená-las, quando possível, com a presença do navio que estiver a realizar a Iniciativa Mar Aberto e PMC, projetando assim de forma mais abrangente e consistente a participação ativa de Portugal nas ações de promoção da segurança marítima no GdG.



Figura 6 – Participação na 2ª Reunião do Subcomité da CEDEAO dos Chefes das Marinhas e das Guardas-Costeiras. Abijan, Costa do Marfim, 15 e 16 de novembro de 2021

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A implementação de um projeto desta envergadura constitui uma oportunidade recheada de desafios para todos os elementos da UIC e, certamente, também para a Marinha e a AMN. As razões são muitas e diversificadas e enquadram-se essencialmente em três dimensões de gestão:

– **Gestão do tempo**, procurando o cumprimento do planeamento para evitar a necessidade de solicitar à UE a extensão do período de implementação do projeto. A tarefa revela-se exigente, sobretudo atendendo ao elevado número de intervenientes, ao distanciamento da UIC da região (apesar da enorme mais valia que constitui a presença do oficial de ligação em Abuja) e à complexidade e morosidade dos processos de decisão, em especial na CEDEAO.

– **Gestão orçamental**, para garantir a suficiência das verbas atribuídas, sem degradação dos requisitos técnicos dos equipamentos, encontrando soluções para necessidades inicialmente não previstas e contornando os efeitos da inflação, sobretudo após o período da pandemia.

– **Gestão das sensibilidades**, perante um quadro de dezenas de organismos intervenientes nos vários processos e atividades, de diferentes países, com diferentes interesses, prioridades e disponibilidades.

## CONCLUSÃO

Ao assumir a gestão delegada de uma das componentes do SWAIMS, Portugal reforça a sua posição de ator ativo na promoção da segurança marítima no GdG, dando assim expressão visível à política de cooperação para o desenvolvimento, um dos principais vetores da política externa portuguesa.

A particularidade do envolvimento de três entidades de dois ministérios constitui uma mais valia que tem sido fundamental para mitigar as dificuldades. A experiência do Camões, I.P. na gestão e implementação de projetos da UE, as competências e as bases orientadoras da DGPND na política de cooperação no domínio da defesa e o *know how* da Marinha nos assuntos da segurança marítima, nos aspetos técnicos do equipamento naval e a sua presença no terreno em África há dezenas de anos, reúnem um conjunto de valências e competências único, robusto e consistente para levar a bom porto o SWAIMS, na componente que Portugal assumiu para reforçar a sua presença e credibilidade no quadro da cooperação no domínio da defesa.



Carlos Rodrigues Campos  
COM

### Notas

<sup>1</sup> Estima-se que os custos diretos e indiretos da pirataria e das ações de contra pirataria, rondem os 2 mil milhões de dólares por ano.

Os custos diretos são as perdas financeiras que estão imediatamente ligadas a incidentes de pirataria e atividades de contra pirataria, incluindo despesas decorrentes da projeção de meios navais, resgates pagos e o valor da carga roubada.

Os custos indiretos compreendem os danos financeiros às economias dos países causados pela ameaça de pirataria e pela aplicação de medidas antipirataria. Incluem, entre outras, a redução do tráfego marítimo para as zonas de alto risco, o aumento dos custos dos seguros, o aumento dos vencimentos dos tripulantes qualificados para aceitarem trabalhar na região e a diminuição da atividade pesqueira. Há especialistas que consideram ainda uma terceira classificação, os custos de oportunidade. Neste caso incluem-se as consequências da ação política e dos recursos financeiros concentrados na pirataria, em vez de outras prioridades potencialmente atrativas para maior investimento.

<sup>2</sup> Dados da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG).

<sup>3</sup> O mecanismo das PMC visa aumentar a capacidade da UE enquanto parceiro de confiança e como garante da segurança marítima, proporcionando uma maior intervenção operacional europeia, assegurando uma presença e um alcance marítimos permanentes no GdG, promovendo a cooperação internacional e a parceria no mar. Funciona numa base de voluntariado dos países interessados. Portugal integrou o projeto-piloto, que arrancou em janeiro de 2021, associando às PMC os navios que participaram nas Iniciativas Mar Aberto 21.1 (NRP *Setúbal* – vide edições 562 e 563 da RA) e 21.2 (NRP *D. Carlos I* – vide edição 571 da RA).

<sup>4</sup> O projeto “Deep Blue” pretende constituir uma estratégia integrada de segurança marítima visando combater os crimes no mar. Integra uma vasta panóplia de meios terrestres, marítimos, aéreos e de comando e controlo, com o objetivo de vigiar, recolher informação e interceptar as atividades criminosas.

<sup>5</sup> ECOWAS na versão anglo-saxónica.

<sup>6</sup> ECCAS na versão anglo-saxónica.

<sup>7</sup> Na edição 565 (AGO21) da RA foi publicada uma figura com o *Yaoundé Architecture for Maritime Safety and Security*.

<sup>8</sup> A Estratégia Marítima Integrada e o Plano de Implementação da CEDEAO foram adotados em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, a 29 de março de 2014.

<sup>9</sup> Com o apoio logístico da *Technical Assistance Team* (TAT), uma equipa de assistência técnica ao projeto. À TAT cabem responsabilidades gerais de: (i) coordenação da implementação das diferentes componentes; (ii) acompanhamento e apresentação atempada à UE, CEDEAO e SC de relatórios sobre as atividades e resultados pelos parceiros de implementação; e (iii) contactos regulares com os outros projetos financiados pela UE no GdG.

<sup>10</sup> Com este objetivo, o TCC pode convidar parceiros de implementação de outros programas em curso na região.

<sup>11</sup> Neste rol há:

- 2 países lusófonos - Cabo Verde e Guiné-Bissau;
- 5 países francófonos - Benim, Costa do Marfim, Guiné, Senegal e Togo; e
- 5 países anglófonos - Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria e Serra Leoa.

Por não serem países costeiros, o Burkina Faso, o Mali e o Níger apenas são abrangidos por outras componentes do SWAIMS.

<sup>12</sup> Define o estatuto dos militares nomeados para participarem em ações de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro.

<sup>13</sup> Despacho n.º 70/MDN/2020, de 30 de dezembro.

<sup>14</sup> Nomeado ao abrigo da Lei n.º 13/2004, de 14 de abril, que estabelece o enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define os princípios e as normas integrantes do seu estatuto.

<sup>15</sup> Através do Despacho n.º 21/SEADN/2021, de 26 de abril, do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional.

<sup>16</sup> *United Nations Office on Drugs and Crime*.

<sup>17</sup> O Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de capitais em África (GIABA) é uma instituição especializada da CEDEAO responsável pela prevenção e controlo do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo na Região Oeste Africana.

<sup>18</sup> O *Institut de Sécurité Maritime Interrégionale* (ISMI) está integrado na *Académie Régionale des Sciences et Techniques de la Mer* (ARSTM) e foi criado em 2015, na sequência da Cimeira de Yaoundé de 25 de junho de 2013, para apoiar os Estados da África Ocidental e Central na implementação do reforço das capacidades marítimas. O ISMI é um centro de formação sediado em Abidjan, na do Costa do Marfim, que forma civis e militares nos domínios da segurança marítima e proteção do ambiente marinho.

<sup>19</sup> A *Regional Maritime University* (RMU) é uma instituição terciária com estatuto diplomático sediada em Acra, no Gana. A RMU tem por objetivo a promoção da cooperação regional na indústria marítima, centrando-se na formação para assegurar o crescimento e desenvolvimento sustentado da indústria.

<sup>20</sup> Ação referida no artigo INICIATIVA MAR ABERTO 21.2, incluído na edição 571 (MAR22) da RA.



# MEMÓRIA DE UMA MISSÃO NAVAL

## NOS 150 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Há cinquenta anos o governo português vivia isolado internacionalmente e a sua política colonial era repetidamente condenada através de Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nas votações que se realizavam, Portugal só ocasionalmente beneficiava da abstenção ou de algum voto favorável da República da África do Sul, da Espanha ou do Brasil. Nesse quadro de hostilidade, o governo português procurava romper o isolamento internacional e, nessas circunstâncias, decidiu associar-se às celebrações do 150º aniversário da independência do Brasil, entregando-lhe os restos mortais de D. Pedro de Bragança, que foi o primeiro Imperador do Brasil. A Marinha tomou parte activa nessa operação que decorreu entre o dia 10 de Abril e o dia 10 de Maio de 1972, que aqui se evoca, com um testemunho vivido na primeira pessoa.

### A CHEGADA AO BRASIL

Naquela radiosa manhã de sábado, dia 22 de Abril de 1972, a entrada na baía de Guanabara do paquete Funchal e da Força Naval luso-brasileira que desde Lisboa o escoltara, constituiu um espectáculo impressionante e inesquecível para todos os que o presenciaram, pois a bordo do paquete português seguia o Presidente da República Portuguesa e, com ele, os restos mortais de D. Pedro de Bragança, o primeiro Imperador do Brasil e, por isso, D. Pedro I.

A magnífica paisagem natural que envolve aquela bela baía, se observada por quem chega ao Rio de Janeiro vindo do mar, era complementada por uma miríade de embarcações de recreio e de tráfego local, engalanadas e ruidosas, que aguardavam a nossa chegada em ambiente altamente festivo.

A Força Naval da escolta que rodeava o paquete Funchal era constituída pelos contratorpedeiros da Marinha brasileira *Santa Catarina*, *Pernambuco* e *Paraná* e, pelas fragatas portuguesas N.R.P. *Comandante João Belo* (F 480), N.R.P. *Comandante Sacadura Cabral* (F 483) e N.R.P. *Almirante Gago Coutinho* (F 473). Nas proximidades navegavam o porta-aviões brasileiro *Minas Gerais* e outras unidades da Marinha brasileira, apresentando-se todos os navios embandeirados em arco, o que proporcionava um magnífico espectáculo naval.



Marineiros dos navios brasileiros vestindo uniformes da época.

O Presidente da República Portuguesa, Almirante Américo Tomás, era aguardado pelo Presidente da República Federativa do Brasil, com as devidas cerimónias militares e protocolares, enquanto noutra local, desembarcava a urna com os restos mortais do seu Imperador, acompanhada por uma Comissão Especial Portuguesa presidida pelo nosso Ministro da Marinha, CALM Manuel Pereira Crespo.



NRP Almirante Gago Coutinho.

Ainda nessa tarde os navios portugueses ficaram atracados de braço dado e abertos a visitas, proporcionando um bonito espectáculo nocturno com as suas iluminações de gala, nas quais sobressaía a bandeira do Brasil formada com lâmpadas coloridas montadas na antena do radar de aviso aéreo da fragata Almirante Gago Coutinho, que conseguia rodar com essa iluminação graças ao engenho do seu pessoal electricista.

### O CONTEXTO DA HISTÓRIA

A entrega dos restos mortais de D. Pedro ao Brasil aconteceu no âmbito das comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil, numa altura em que o estreitamento das nossas relações com aquele país era diplomaticamente muito importante, face

PORTOS	LISBOA	S. VICENTE (CABO VERDE)	RIO JANEIRO (BRASIL)	SALVADOR DA BAÍA (BRASIL)	S. VICENTE (CABO VERDE)	LISBOA
CHEGADA	-	14 ABR, p.m.	22 ABR, a.m.	30 ABR, a.m.	05 MAI, p.m.	10 MAI, p.m.
LARGADA	10 ABR, p.m.	14 ABR, p.m.	28 ABR, a.m.	30 ABR, p.m.	06 MAI, a.m.	-

(Extraído do *Diário Náutico do NRP Comandante Sacadura Cabral*, Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico)

# Diário de Lisboa

## A 100 KM DE SAIGÃO



### Começou a batalha de An Loc

SAIGÃO, 18 (FP-OL) — A batalha de An Loc, que pôde ser decisiva para a segurança de Saigão depois da queda de Lon Nhat, começou a 100 Km ao norte deste capital. Três divisões norte-americanas, apoiadas por tanques americanos e dois regimentos da infantaria, avançam para a cidade. Já cercada pelo Vietnã.

Batalha sul-coreana feridos são levados para hospital. (Fotografia AP/Terengrenca-OL)

### As cinzas de D. Pedro a caminho do Brasil



**José Viana, em viagem para o Brasil, deixou o Parque**



As cinzas de D. Pedro foram trasladadas para o Brasil. O presidente da República, Américo Tomás, iniciou a sua viagem para o Rio de Janeiro, onde desembarcou a 17 e 20. Hora de Lisboa, para fazer entrega das cinzas do primeiro imperador do Brasil e saudar as autoridades portuguesas. Ao chegar ao aeroporto de Guarulhos, foi recebido pelo governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros, e pelo governador do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro Neto.

As cinzas de D. Pedro foram trasladadas para o Brasil. O presidente da República, Américo Tomás, iniciou a sua viagem para o Rio de Janeiro, onde desembarcou a 17 e 20. Hora de Lisboa, para fazer entrega das cinzas do primeiro imperador do Brasil e saudar as autoridades portuguesas. Ao chegar ao aeroporto de Guarulhos, foi recebido pelo governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros, e pelo governador do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro Neto.

### VIOLENTO TERRAMOTO NA PÉRSIA

Um violento terremoto ocorreu na Pérsia, causando a destruição de muitas cidades e a morte de milhares de pessoas. O epicentro do sismo localizou-se na zona de Bam, a sudoeste de Teerã.

# Diário de Lisboa

## 472 anos depois da chegada de Cabral

### BRASIL E PORTUGAL REVIGORAM A COMUNIDADE

—Hoje dia em que se comemora mais um aniversário do descobrimento das Ilhas da Terra de Santa Cruz por Pedro Álvares Cabral — dia dos nossos Comemorações — e no ano em que o Brasil celebra jubileamento de ouro do seu império, o Brasil e Portugal comemoram o aniversário da chegada do primeiro navegador português ao Brasil. É importante lembrar que o primeiro navegador português a chegar ao Brasil foi Pedro Álvares Cabral, em representação do Rei de Portugal, no dia 14 de Abril de 1498. Este dia é considerado o dia da descoberta do Brasil. O Brasil comemora o descobrimento da independência brasileira. (Mais notícias no interior).



Dia e Young comemoram o aniversário da descoberta do Brasil. (Fotografia AP/Terengrenca-OL)

Página 2  
QUE COMUNIDADE ?  
Ante o ARABU LOPES BARRO

Editorial  
O TRATADO DE IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES

### Visita à senhora Binh



A sr. Binh com as amigas. (Fotografia AP/Terengrenca-OL)

### Segundo passeio lunar

Um segundo passeio lunar foi realizado pela NASA, com o astronauta Edwin 'Buzz' Aldrin a bordo do módulo lunar da Apollo 16. O passeio ocorreu a 19 de Abril de 1968. Aldrin ficou na superfície lunar por cerca de 21 minutos, durante os quais recolheu amostras de rochas e solo lunar. O passeio foi transmitido em directo para a Terra, permitindo que milhões de pessoas vissem o primeiro homem a caminhar sobre a Lua.

### HOJE: DL/SHOW

Edição de 10 de Abril de 1972 do vespertino Diário de Lisboa.

Edição de 22 de Abril de 1972 do vespertino Diário de Lisboa.

ao isolamento internacional a que estávamos votados devido ao envolvimento nas guerras de África.

No Brasil vigorava uma ditadura militar desde 1964 e a presidência era exercida pelo General Emílio Garrastazu Médici, enquanto em Portugal governava Marcelo Caetano que hesitava entre a liberalização do regime e a continuidade da política do "orgulhosamente sós". Viviam-se, então, um ambiente internacional muito complexo, com alguns dos nossos aliados da NATO a apoiarem os movimentos de libertação africanos e com os Estados Unidos a passar por sérias dificuldades na guerra no Vietnam.

Assim se justifica que as notícias publicadas pelo jornal Diário de Lisboa na sua edição do dia 10 de Abril sobre a partida de Lisboa dos restos mortais de D. Pedro, não tenham tido muito mais relevo do que as da batalha que nesse dia se desenrolava apenas a 100 Km a norte de Saigão, de pouco valendo os bombardeamentos efetuados pelos poderosos B-52.

Porém, no mesmo dia o Diário de Notícias dava relevo ao acontecimento e noticiava a "viagem histórica" a caminho da Terra de Santa Cruz, reproduzindo as palavras do chefe do Governo português: "nós podemos festejar a independência brasileira porque foi o nascimento de um filho, não a amputação





de um membro". Além disso, em primeira página publicava uma foto do abraço de despedida de Marcelo Caetano a Américo Tomás e uma outra do embarque no paquete Funchal da urna com os restos mortais de D. Pedro de Bragança, transportada aos ombros de marinheiros portugueses e brasileiros.

Também a recém-criada Revista da Armada se associou ao evento, noticiando-o nas suas edições 008<sup>1</sup>, de Maio de 1972, e 009<sup>2</sup>, de Junho de 1972.



*O embarque no paquete Funchal da urna de D. Pedro de Bragança, transportada aos ombros de marinheiros portugueses e brasileiros (Foto publicada na edição do Diário de Notícias de 10 de Abril de 1972).*

## OS PREPARATIVOS

Na véspera da largada de Lisboa, que aconteceu no dia 10 de Abril, tinha-se procedido à transladação dos ossos do Imperador que se encontravam no então denominado Panteão Nacional, que se situava na igreja de S. Vicente de Fora. Assistiu a Princesa Dona Maria de Orleães e Bragança, como representante da família, com o testemunho de um ajudante de campo do Ministro da Defesa, o então 1TEN Mendes Cabeçadas.

Na manhã seguinte, a urna com os restos mortais de D. Pedro foi transportada num armão do governo militar de Lisboa para o cais da Fundação<sup>3</sup>, onde embarcou no paquete Funchal, tendo

sido acompanhada nesse trajecto pelo Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, pela Princesa Dona Maria de Bragança e por diversas outras altas individualidades.

Na altura do embarque, foram prestadas honras militares por um Batalhão da Marinha Portuguesa e uma companhia da Marinha Brasileira e quando a urna deu entrada no paquete Funchal, foram efetuadas salvas de 21 tiros por um dos navios brasileiros e por um navio português, tendo sido notada a diferença entre os



*Aproximação ao Rio de Janeiro do paquete Funchal (Foto do autor).*

## PAQUETE FUNCHAL

Foi construído nos estaleiros dinamarqueses Helsingør Skipsværft A/S, por encomenda da Empresa Insulana de Navegação, com projecto do CALM Rogério de Oliveira, tendo 9563 toneladas de arqueação bruta e 154,60 metros de comprimento. Foi o maior navio de passageiros que, até então, foi construído na Dinamarca e entrou ao serviço em Outubro de 1961.

Através da Portaria 171/72, de 25 de Março, foi afretado pelo Ministério da Marinha para ser utilizado na deslocação do Chefe do Estado ao Brasil.

A viagem realizou-se entre os dias 10 de Abril e 10 de Maio de 1972.



*A urna com os restos mortais de D. Pedro é transportada do paquete Funchal para o Morro da Viúva, na Baía de Guanabara, pelo caça-submarinos brasileiro J32 Piraquê (Foto do autor).*

disparos das nossas pequenas peças de salva e os das poderosas peças de artilharia do navio brasileiro.

Na parte da tarde desse dia 10 de Abril, no cais de Alcântara, embarcou o Almirante Américo Tomás acompanhado pela esposa e a filha, bem como diversas personalidades onde estavam incluídos os Almirantes Henrique Tenreiro e Ferreira de Almeida, após o que a Força Naval se fez ao mar.

## A VIAGEM – ESCALAS INESPERADAS

Nas comemorações realizadas em terra as guarnições dos nossos navios em quase nada participaram. As exceções foram a oferta de bilhetes para assistir a um jogo de futebol entre as equipas do Flamengo e do Fluminense, no célebre estádio do Maracanã, bem como um passeio à cidade de Petrópolis, a cidade imperial brasileira. Os navios permaneceram cinco dias no Rio de Janeiro e cada um dos membros das guarnições disfrutou a seu modo aquela estadia.

Sobre a viagem em si, que demorou exactamente um mês, não há muito a relatar. Tanto à ida como no regresso os navios fizeram escala na ilha de S. Vicente, no arquipélago de Cabo Verde, uma paragem sempre agradável especialmente para quem já lá tinha feito, durante quase um ano, uma comissão de serviço embarcado.

Na viagem de regresso tivemos a boa surpresa de escalar por umas horas a cidade de Salvador, a cidade fundada em 1549 por Tomé de Sousa e que é a capital do estado da Bahia, graças ao que na altura constou ter sido o desejo da filha do Almirante Américo Tomás, o que permitiu ficar com um vislumbre daquela encantadora cidade.

Depois, por desejo do Presidente da República, em 3 de maio pelas 09h40m<sup>4</sup>, também demandamos os Penedos de S. Pedro e S. Paulo, que conseguimos avistar graças ao rigor do ponto astronómico conseguido em difíceis circunstâncias pelo navegador da fragata *Almirante Gago Coutinho*. Desde a largada do porto de Salvador que o céu se manteve muito nublado, pelo que as observações do Sol e as observações crepusculares das estrelas ficaram muito comprometidas, o que tornava menos rigorosos os cálculos para a determinação do ponto, num tempo

## D. PEDRO DE BRAGANÇA



Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim nasceu em 1798, no Palácio Real de Queluz, sendo filho do Príncipe Regente (mais tarde D. João VI) e de sua mulher D. Carlota Joaquina.

Em 1808 seguiu para o Brasil quando a Família Real lá procurou refúgio para escapar às invasões francesas.

Em 1821 a Família Real regressou ao Reino, tendo D. Pedro ficado no Brasil, onde veio a liderar o processo de independência e se tornou o seu primeiro Imperador.

Em 1831 abdicou do trono imperial e regressou à Europa para defender o direito ao trono de Portugal da sua filha D. Maria da Glória (mais tarde D. Maria II).



Navios brasileiros surtos no Tejo

## 18 DE ABRIL

A 18 de Abril, o paquete Funchal e os navios de guerra que o escoltavam atingiram as proximidades dos Penedos de S. Pedro e S. Paulo, passando, portanto, a navegar em águas territoriais brasileiras. Nesse dia, dois aviões da Força Aérea Brasileira sobrevoaram o local. Enquanto uma das aeronaves despejava uma “chuva” de flores sobre os navios, a outra, através do rádio, transmitia uma mensagem de boas-vindas do Presidente Médici ao Presidente Américo Tomás, que, entre outras coisas, afirmava em tom cordial: “o Brasil o aguarda com emoção para expressar-lhe, durante nosso encontro fraterno – que constituirá (...) um dos mais significativos capítulos na história da comunidade luso-brasileira – a admiração e o afeto que lhe desperta a figura do Presidente de Portugal”. Cabe destacar que, em 1922, ano em que o Brasil comemorava os 100 anos da sua emancipação política, os aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral concluíram a primeira travessia aérea do Atlântico Sul. No decurso dessa travessia ocorreu o pouso épico do hidroavião Lusitânia em águas brasileiras; a amargem por escassez de combustível, a 18 de abril, deu-se na mesma região em que estavam os sete navios em companhia – os Penedos de S. Pedro e S. Paulo.

em que ainda não existia o GPS. Felizmente que, quase à última hora, se conseguiram observar três estrelas que eram o número mínimo de observações necessárias para determinar a posição.

## A VIAGEM – AVARIAS

Na fragata *Almirante Gago Coutinho* ocorreu um episódio que podia ter sido dramático. Passadas poucas horas após a saída de Lisboa, avariou-se uma das duas caldeiras do navio. A visão da saída do pessoal pela escotilha da casa das caldeiras foi terrível, de tronco nu, envolto em nuvens de vapor e a gritar que se sentiam queimados, nunca mais foi esquecida por quem assistiu a essa emergência.

Felizmente que, passado o susto, se verificou que ninguém tinha queimaduras graves e rapidamente se passou à fase de voltar a pôr o navio operacional, acendendo a outra caldeira. Era sempre uma operação delicada e que demorava várias horas, com o desconforto do balanço do navio atravessado à vaga e uma atenção muito apertada ao único gerador eléctrico de emergência, muito subdimensionado para as necessidades, mesmo as mais essenciais do navio e que, por vezes, queimava uns componentes chamados rectificadores.



	NAVIOS DA ESCOLTA		
HERÁLDICA			
TIPO	CONTRATORPEDEIRO	FRAGATA	FRAGATA
CLASSE MODELO	FLETCHER	COMANDANT RIVIÈRE	DEALEY
DATAS	USN – 1943-1960 MB – 1961-1988	MP – 1967-2008 MU – 2008-2015	MP – 1967-1992
DESLOCAMENTO	3.050 TONS	2.230 TONS	1.914 TONS
COMPRIMENTO BOCA CALADO	114,8 MTS 12,0 MTS 5,5 MTS	102,8 MTS 11,6 MTS 4,3 MTS	95,6 MTS 11,2 MTS 5,5 MTS
ARMAMENTO PP	5 PEÇAS 127 MM	3 PEÇAS 100 MM	2 PEÇAS 76 MM
PROPULSÃO	4 CALDEIRAS / 2 TURBINAS VAPOR 2 VEIOS / HÉLICES	4 MOTORES PIELSTICK 2 EMBRAIAGENS VULCAN 2 VEIOS / HÉLICES	2 CALDEIRAS / 1 TURBINA VAPOR 1 VEIO / HÉLICE
COMBUSTÍVEL	NAFTA (“MAZOUT”)	GASÓLEO	NAFTA (“MAZOUT”)
AUTONOMIA (15 NÓS)	3.000 MI	7.500 MI	5.900 MI
GUARNIÇÃO	310	180	166

Nessa altura, o navio ficava sem qualquer energia e nem sequer tinha comunicações para pedir auxílio. Os rectificadores avariados tinham de ser dessoldados e os substitutos soldados com recurso a ferros de soldar eléctricos. Mas como não havia energia, esses ferros eléctricos eram aquecidos com maçaricos a petróleo e só estavam suficientemente quentes durante alguns segundos, o que tornava essa operação muito difícil de realizar.

Mas era a única forma de voltar a pôr o navio a funcionar. Desta vez isso não chegou a ocorrer mas, quando passadas algumas horas retomamos a nossa rota, ficamos com uma sensação de tristeza, pensando que uma vez que só tínhamos uma caldeira, iria ser ordenado o nosso regresso imediato. Felizmente isso não veio a acontecer e lá fomos e viemos do Brasil sem mais nenhum percalço.

## CONCLUSÃO

A entrada em Lisboa aconteceu no dia 10 de Maio de 1972. Tinha sido cumprida uma missão muito singular e tinham sido percorridas cerca de dez mil milhas por três fragatas portuguesas, numa altura em que a Marinha também estava envolvida nas operações em curso nos territórios africanos e, em especial, nas operações de vigilância e afirmação da soberania portuguesa na área de aproximação ao porto moçambicano da Beira.

Cinquenta anos antes, no ano de 1922, tinha sido celebrado o primeiro centenário da independência do Brasil, tendo Portugal participado na celebração dessa efeméride com o notável feito que foi a 1ª Travessia Aérea Lisboa-Rio de Janeiro, realizada

pelos Comandantes Sacadura Cabral e Gago Coutinho que, curiosamente, deram os seus nomes a dois dos nossos navios empenhados nesta viagem, a que se associou a visita ao Brasil do Presidente António José de Almeida.

Neste ano de 2022 o Brasil vai comemorar os seus 200 anos de independência nacional.

As comemorações nacionais desse evento e do centenário da travessia aérea estão já calendarizadas.



**Luís Pereira Vale**  
CALM REF

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

### Notas

<sup>1</sup> Na rubrica nota de abertura, artigo intitulado *PORTUGAL\*BRASIL BRASIL\* PORTUGAL PORTUGAL\*BRASIL BRASIL\*PORTUGAL* assinado pelo Director e Editor, COM Malheiro do Vale.

<sup>2</sup> Artigos intitulados *ESTEVE ENTRE NÓS UMA FORÇA NAVAL DO BRASIL* e *EMBARQUE DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA COM DESTINO AO BRASIL*.

<sup>3</sup> Atualmente as Instalações Centrais de Marinha à Praça do Comércio.

<sup>4</sup> Conforme extraído do Diário Náutico do NRP *Comandante Sacadura Cabral* (Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico).

# PREDOMÍNIO E PODER DO SIMBÓLICO

## 1. SÍMBOLOS DA UNIÃO EUROPEIA

*«Robert Schuman afirmou, em tempos: A Europa necessita de uma alma, de um ideal, e da vontade política para servir esse ideal. [...] Não devemos esconder as nossas incoerências e imperfeições. Por muito imperfeita que possa ser, a nossa União é deliciosamente única e unicamente bela. É uma União que reforça a liberdade individual graças à força da comunidade. Uma União moldada tanto pela história e pelos valores que partilhamos como pelas diferentes culturas e perspetivas que a integram. Uma União com alma».*

Ursula von der Leyen,  
Presidente da Comissão Europeia

**D**e acordo com a mitologia grega, Europa era uma jovem princesa que vivia na Ásia Menor. Num dia de primavera foi avistada por Zeus, quando passeava com as amigas pelas praias de Sídon e Tiro. Apaixonado pela sua beleza, Zeus transformou-se num touro de resplandecente brancura, que depois de se aproximar da jovem deitou-se a seus pés. Refeita do sobressalto, Europa ganhou coragem para acariciar o touro e pouco depois sentava-se no seu dorso. Nesse momento, o touro levantou-se desatando a correr em direção ao mar, levando Europa agarrada às suas imponentes hastes. Depois de muito avançar por entre as vagas alcançaram à ilha de Creta, localizada no continente adjacente, onde Zeus consumou o seu amor à sombra de um plátano, que em memória dessa paixão nunca mais perderia as folhas. Em honra da princesa o continente foi batizado de Europa e o touro em que Zeus se metamorfoseara tornou-se uma constelação do Zodíaco. Podendo surgir sob diversas *nuances*, esta narrativa é conhecida como “o rapto de Europa”. É, também, o mito fundador da Europa enquanto berço da civilização ocidental.

*agir imediatamente num ponto limitado, mas decisivo: O governo francês propõe colocar toda a produção franco-alemã de carvão e aço sob uma Alta Autoridade comum, numa organização aberta à participação dos outros países da Europa. A fusão da produção de carvão e de aço assegurará de imediato o estabelecimento de bases comuns para o desenvolvimento económico, a primeira fase da Federação Europeia, e mudará o destino das regiões há muito dedicadas ao fabrico de armas de guerra, que têm sido as suas principais vítimas».*

Pela afinidade dos respetivos propósitos a União Europeia é o parceiro natural e complementar das Nações Unidas (ONU), no esforço de criar um mundo melhor e mais seguro. O compromisso da UE assenta na convicção de que para dar resposta aos desafios, crises e ameaças globais, a comunidade internacional carece de um sistema multilateral efetivo, fundado nas regras e nos valores universais, com a ONU no seu cerne. Recentemente, aquando do agravamento da crise na Ucrânia, a Presidente da Comissão Europeia sublinhou que *«o lugar para resolver conflitos é a mesa das negociações»*, reiterando, assim, a posição da UE relativamente à forma de superar impasses políticos e impedir ações militares.

Sendo a simbologia fundamental para afirmação do quadro de valores de referência, o seu primado é igualmente um elemento agregador e diferenciador para os cidadãos dos Estados-Membros (EM) da UE. Pelo facto de incutirem a noção de membros de uma mesma Comunidade e, simultaneamente, fomentar a solidariedade entre os seus pares, os símbolos europeus têm concorrido para a criação de uma consciência europeia. Os valores que congregam, perpassam na vida quotidiana e contribuem para fomentar a dimensão europeia. Pela sua sedimentação, os cidadãos da UE já se identificam com os respetivos símbolos – a bandeira, o hino, o dia, a moeda e a divisa – instituídos no longo processo de consolidação do projeto europeu, tanto internamente como a nível internacional.

### PADROEIRA

A Imaculada Conceição é, desde longa data, a padroeira da Europa e, por conseguinte, da própria UE. Todavia, em 1999 o Papa João Paulo II (1978-2005) declarou Santa Brígida (1303-1373) co-padroeira da Europa. A sua santidade caracterizou-se pela multiplicidade de dons e aos 68 anos foi em peregrinação à Terra Santa. O corpo encontra-se na Abadia de Vadstena, Suécia, sede da Ordem de Santa Brígida, e a sua canonização ficou concluída em 1391. É a padroeira da Suécia, cuja bandeira tem campo de azul com cruz nórdica de ouro, símbolo do cristianismo. Curiosamente a mesma cor e metal da bandeira da Europa e da UE.



National Gallery of Art

O Rapto de Europa (1716), de Jean François de Troy (1679-1752).

Inspirado pelo memorável discurso de Robert Schuman (1886-1963), a União Europeia (UE) é um projeto político *sui generis* que prossegue o seu curso. Desde a sua criação visa a paz e a cooperação internacional, e, nas célebres palavras do então Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, *«a Europa não se fará de uma só vez, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem primeiro uma solidariedade de facto. A união das nações europeias exige que a oposição secular da França e da Alemanha seja eliminada: a ação tomada deve afetar a França e a Alemanha em primeiro lugar. Para isso, o governo francês propõe*



## BANDEIRA



No pós-guerra, aquando da criação do Conselho da Europa em 1949, houve a consciência de dotar a Europa de um símbolo com que os seus povos e cidadãos se pudessem doravante identificar. Por unanimidade e a culminar um processo que se estendeu por seis anos, a 25 de outubro de 1955 a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou o pavilhão de fundo azul com uma coroa de 12 estrelas douradas, que a 8 de dezembro, dia da Imaculada Conceição, o Comité de Ministros adotaria como bandeira europeia. De um total de 101 propostas a concurso, a escolha recaiu no trabalho submetido por Arsène Heitz (1908-1989), que confessou ter-se inspirado na descrição da coroa da Virgem Maria referida no capítulo 12 do Livro do Apocalipse: «*Depois, apareceu um grande sinal no Céu: Uma mulher revestida de Sol, tendo a Lua debaixo dos seus pés e uma coroa de doze estrelas sobre a cabeça*».

Quando o processo europeu dava os primeiros passos, a Assembleia Parlamentar reiterou o desejo de as demais organizações europeias adotarem este primeiro símbolo verdadeiramente pan-europeu, de forma a não confundir nem comprometer os nobres sentimentos – solidariedade, complementaridade e unidade da Europa democrática – que estiveram na gênese da sua criação. Duas décadas volvidas, o Parlamento Europeu tomava a iniciativa de adotar uma bandeira para a então Comunidade Económica Europeia (CEE), apresentando, em 1979, uma Resolução com esse objetivo, na sequência das primeiras eleições para o Parlamento Europeu, por sufrágio universal direto, que marcaram a estreia dos cidadãos europeus neste processo. Posteriormente, em abril de 1983, o Parlamento Europeu estipulou que a bandeira comunitária seria a anteriormente aprovada pelo Conselho da Europa. Nesta conformidade, em junho de 1984 o Conselho Europeu preconizava a necessidade de promover a identidade e difundir a simbologia da Europa junto dos seus cidadãos e no mundo. Esta decisão abriu caminho para que, em junho do ano seguinte, fosse aprovado o relatório do Comité *ad hoc* “A Europa das Pessoas”. Também conhecido como *Comité Adonnino*, em homenagem ao seu dinâmico presidente, o eurodeputado italiano Pietro Adonnino (1929-2013), tinha como propósito tornar a CEE mais real e próxima dos respetivos cidadãos e, bem assim, reforçar a sua imagem e identidade, dotando-a de um conjunto de símbolos agregadores. O referido relatório propunha que a bandeira europeia deveria doravante estar patente em todas as fronteiras internas e externas do espaço europeu, sendo presentemente a norma, inclusivamente nos países signatários do Acordo de Schengen e não membros da UE (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

A bandeira da UE tem campo de azul-marinho com 12 estrelas de ouro, que constituem a respetiva cor e metal. As estrelas de ouro de cinco raios, colocadas em intervalos regulares e dispostas na posição das horas no relógio, representam a diversidade dos povos da Europa. O fundo de azul simboliza a União dos diferentes povos que coexistem no espaço europeu em torno do projeto político que abraçaram. O conjunto alude ainda à célebre expressão “ouro sobre azul”, sinónimo de perfeição e combinação outrora utilizada no respetivo vestuário pelos monarcas europeus, do Renascimento até ao final do século XVIII. A disposição das estrelas em círculo, com um dos raios a apontar para cima, simboliza a unidade, a perfeição e a plenitude, evocando também as estrelas da coroa de Maria, os apóstolos e os filhos de Jacob, que representam a matriz judaico-cristã da Europa, assim como as horas do relógio, os meses do ano, os trabalhos de Hércules, os deuses do Olimpo e os símbolos do Zodíaco, que remetem para o seu legado histórico, cultural e mitológico. A bandeira é hoje o principal símbolo da identidade europeia e da Europa unida *latu sensu*, onde as estrelas expressam a solidariedade e a harmonia entre os seus povos. Encontra-se patente em todas as instituições, organismos e agências da UE,

assim como nas respetivas representações, delegações (DelUE) e missões espalhadas pelo mundo. Além de figurar na generalidade da documentação oficial dos países da UE, também se encontra patente nas placas de matrícula dos veículos registados nos países europeus.

## HINO

O Hino Europeu é um excerto do prelúdio do quarto andamento da 9.<sup>a</sup> Sinfonia, *Op. 125, Coral*, de Ludwig van Beethoven (1770-1827), concluída em 1824. Naquele andamento, Beethoven musicou a *Ode à Alegria (An die Freude)* que o poeta e filósofo alemão Friedrich von Schiller (1759-1805) havia escrito em 1785. O poema exprime a visão idealista onde toda a humanidade se une pela fraternidade, aspiração que ambos perfilhavam, tendo a adaptação e os arranjos do Hino Europeu sido feitos pelo maestro Herbert von Karajan (1908-1989). Adotado pelo Conselho da Europa em 1972, o denominado *Hino à Alegria* não tem letra, cingindo-se à linguagem universal da música para exaltar os ideais europeus de liberdade, paz e solidariedade. Seria igualmente adotado pelo Conselho Europeu como hino oficial da UE, com o propósito de celebrar os supremos valores da unidade e diversidade partilhados pelos europeus. É normalmente executado nas cerimónias oficiais da UE e, de uma forma geral, em todos os eventos de cunho europeu. A exemplo do que sucede com a bandeira, constitui o hino de toda a Europa.

## DIA

O dia da Europa celebra-se a 9 de maio. Às 16 horas daquele dia em 1950, Robert Schuman efetuou no *Salon de l’Horloge do Quai d’Orsay*, em Paris, o seu célebre discurso. A *Declaração Schuman*, inspirada pelo consultor económico e político francês Jean Monnet (1888-1979), expôs um modelo inovador para a cooperação política na Europa com o intuito de impedir nova guerra entre os países europeus. O Tratado que criou a denominada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) seria assinado no ano seguinte e teve Jean Monnet como presidente. Pelo seu simbolismo, considera-se que a UE teve gênese com aquela premonitória proposta de Robert Schuman, que contou, desde a primeira hora, com o apoio do chanceler alemão Konrad Adenauer (1876-1967) e do primeiro-ministro italiano Alcide De Gasperi (1881-1954). Pelo seu simbolismo a *Declaração Schuman* é o mito fundador da UE.

Graças à sua ação e brilhantismo, Robert Schuman revelar-se-ia o grande protagonista nas negociações de todos os grandes tratados do pós-guerra, designadamente, o Conselho da Europa, o Tratado do Atlântico Norte e a CECA. Foi o primeiro presidente do Parlamento Europeu (1958-1960), que no final do respetivo mandato lhe atribuiu o título de “Pai da Europa”, epíteto estendido a outros 10 líderes impulsionadores do projeto europeu: Alcide De Gasperi, Altiero Spinelli (1907-1986), Jean Monnet, Johan Willem Beyen (1897-1976), Joseph Bech (1887-1975), Konrad Adenauer, Paul-Henri Spaak (1899-1972), Sicco Mansholt (1908-1975), Walter Hallstein (1901-1982) e Winston Churchill (1874-1965).

Em 1978, o Papa Paulo VI (1963-1978) definiu Schuman como um «*infatigável pioneiro da unidade europeia*» e, em 1990, a Santa Sé encetava o processo visando a sua beatificação, no pontificado de João Paulo II. Em reconhecimento do seu legado em prol da paz na Europa e lançamento das bases solidárias que norteiam a UE, em junho de 2021 o Papa Francisco assinava o decreto papal que tornou Robert Schuman um venerável da Igreja Católica, primeiro patamar da hierarquia onde o santo ocupa posição cimeira.

A par da bandeira e do hino, em 1985 o dia 9 de maio passou também a ser o dia da Europa. Por ocasião das comemorações do dia da Europa, as instituições europeias em Bruxelas, Estrasburgo e Luxemburgo abrem as portas ao público com o objetivo de dar a conhecer o trabalho que desenvolvem na afirmação do projeto europeu. No mesmo sentido, as representações da UE na Europa e as DelUE espalhadas

pelo mundo organizam atividades para difundir e desmistificar este singular projeto político.

## MOEDA

Em 1999 era lançada a moeda europeia, culminar de um percurso ambicionado há mais de 40 anos. Garante da estabilidade monetária e fator de integração do projeto europeu, o euro é, antes de mais, um elemento de soberania. Em termos estritamente políticos, a sua introdução operou inicialmente como garantia do bom funcionamento do mercado único após a reunificação alemã. Na prática, visou o incremento da soberania da UE em detrimento das soberanias nacionais, em particular da soberania alemã, cuja moeda (marco) muitos temiam tornar-se hegemónica e despertar velhos fantasmas. Para o chanceler Helmut Kohl (1930-2017), que pretendia uma “Alemanha europeia e não uma Europa alemã”, o euro visava tornar a integração europeia irreversível.

Muito embora a circulação da moeda única só tenha tido início em 2002, nos 12 países que atingiram os denominados critérios de convergência, o euro é presentemente a moeda de 19 dos 27 EM. Por acordo, Andorra, Mónaco, São Marino e Vaticano também têm o euro como moeda nacional, apesar de não pertencerem à UE. Por não disporem de moeda própria, com a extinção do marco o Kosovo e o Montenegro adotaram unilateralmente o euro. A bandeira da UE está patente nas notas de euro e o reverso das moedas é circundado por 12 estrelas. Atualmente, mais de 340 milhões de cidadãos da UE, isto é, 75% do seu total, utilizam o euro, que se tornou referência financeira, monetária e cambial. O Banco Central Europeu e a Comissão Europeia são responsáveis pela manutenção da sua estabilidade e valor nos mercados internacionais, assim como pela definição dos critérios para aderir à denominada zona euro, designação dos países que utilizam a moeda única.

## DIVISA

Aprovada pelo Parlamento Europeu a 4 de maio de 2000, *In varietate concordia* (Unida na diversidade) é a divisa da UE. Além do latim, encontra-se transcrita nas 24 línguas oficiais dos países que a integram. De maneira inequívoca, evoca a forma como os países europeus se uniram para formar a UE, com o supremo objetivo de em conjunto trabalhar pela paz e pela prosperidade dos seus povos, no respeito pela diversidade cultural, tradições e línguas que caracterizam o continente europeu e constituem o seu principal património. A divisa é o corolário do edifício simbólico da UE.

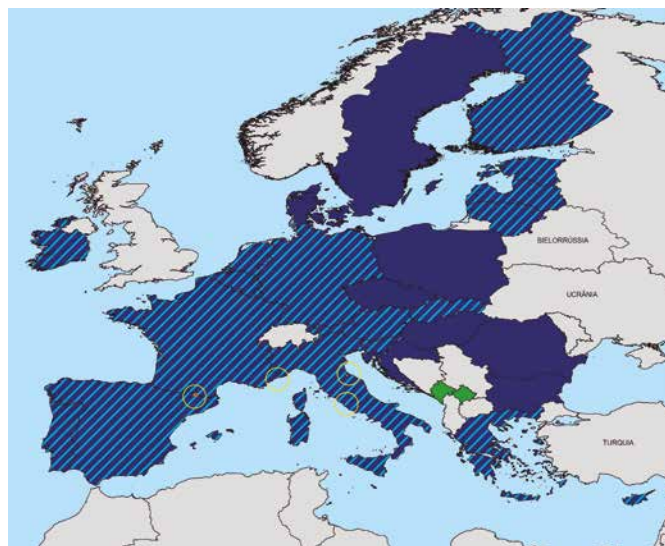
## QUO VADIS, UE?

Em dezembro de 2000 era aprovada a Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Reuniu pela primeira vez, num único texto, os direitos civis e políticos, assim como os direitos económicos e sociais dos cidadãos europeus, que se encontravam dispersos por diversas leis nacionais e convenções internacionais. No respetivo preâmbulo pode ler-se que «consciente do seu património espiritual e moral, a União baseia-se nos valores indivisíveis e universais da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade; assenta nos princípios da democracia e do Estado de direito. Ao instituir a cidadania da União e ao criar um espaço de liberdade, segurança e justiça, coloca o ser humano no cerne da sua ação.».

Em 2004 o projeto europeu sofreria um primeiro revés, com a rejeição do Tratado Constitucional pelos eleitores nos referendos realizados em dois EM fundadores, França e Países Baixos. A Constituição Europeia *non nata* visava substituir os anteriores Tratados e dotar a UE de uma Constituição análoga à de um país soberano, cujos símbolos estavam consagrados no respetivo artigo 1-8:

– A bandeira da União é constituída por um círculo de doze estrelas douradas sobre fundo azul.

– O hino da União é extraído do «Hino à Alegria» da Nona



UE (■), zona euro (■) e países que adotaram a moeda única com acordo (■) e unilateralmente (■).

*Sinfonia de Ludwig van Beethoven.*

– O lema da União é: «Unida na diversidade».

– A moeda da União é o euro.

– O Dia da Europa é comemorado a 9 de Maio em toda a União.

A mencionada proposta constituiu um ensaio extemporâneo para conferir primazia à Constituição Europeia e aos símbolos europeus em prejuízo das Constituições e dos símbolos nacionais, numa altura em que boa parte dos países e respetivos cidadãos não se encontrava preparada para o decisivo passo no sentido da federalização do espaço europeu, razão pela qual esta (primeira) tentativa sairia gorada. A crise institucional aberta pela rejeição da Constituição Europeia expôs o afastamento entre as elites políticas e os cidadãos, prova inequívoca de que o projeto europeu (ainda) não havia atingido a maturidade necessária àquele desiderato. Para fazer face à perturbação desencadeada, em junho de 2007 o Conselho Europeu lançou a Conferência Intergovernamental (CIG) incumbida de elaborar um tratado para «*reforçar a eficiência e a legitimidade da União alargada, e bem assim a coerência da sua ação externa*», cujo trabalho estaria na génese do Tratado de Lisboa. Reiterou, no entanto, que «*nenhum artigo dos Tratados alterados fará alusão aos símbolos da UE, como a bandeira, o hino e o lema*».

Conhecido como Tratado Reformador, o Tratado de Lisboa conferiu personalidade jurídica à UE dotando-a, entre outros avanços, de capacidade para concluir tratados internacionais nos seus domínios de competência ou aderir a uma organização internacional, prevendo, pela primeira vez, o procedimento formal a seguir pelos EM que desejem abandonar a União. Quando foi adotada, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE não passava de um compromisso político, mas com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa passou a ter força de lei.

Muito embora o Tratado de Lisboa não contenha qualquer referência aos símbolos da UE, ainda assim houve um total de 16 EM, entre os quais Portugal, que subscreveram a Declaração n.º 52 incluída naquele Tratado, proclamando que «*a bandeira constituída por um círculo de doze estrelas douradas sobre fundo azul, o hino extraído do “Hino à Alegria” da Nona Sinfonia de Ludwig van Beethoven, o lema “Unida na diversidade”, o euro enquanto moeda da União Europeia e o Dia da Europa em 9 de maio continuarão a ser, para eles, os símbolos do vínculo comum dos cidadãos à União Europeia e dos laços que os ligam a esta*». Com efeito, os símbolos da UE são desde há muito reconhecidos e disseminados pelos EM, sendo plenamente identificados pelos seus cidadãos e integrados no respetivo quotidiano.



Com matriz solidamente firmada na diversidade, na multiculturalidade e no multilateralismo, o projeto europeu é *ab initio* contra-hegemónico. Pelo seu contributo para a paz e reconciliação, a democracia e os direitos humanos, o Nobel da Paz seria atribuído à UE em dezembro de 2012, Prémio que o então Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, afirmou ser para todos os cidadãos europeus. Se os mais perspicazes viram neste 12/12 nova coincidência relativamente à UE, já os devotos reconheceram na data mais uma elegância de Deus.

A UE e respetivos EM são o maior doador de ajuda internacional, disponibilizando anualmente mais de 50 mil milhões de euros na luta contra a pobreza e na promoção do desenvolvimento nos países mais carenciados. Além de fortemente empenhada no cumprimento dos acordos e eficácia da ajuda internacional, a UE também pugna pela transparência junto dos respetivos cidadãos e contribuintes, os fiadores das suas iniciativas de solidariedade.



Diploma e medalha do Prémio Nobel atribuído à UE.

Muito embora cada país disponha da sua própria cultura, da sua língua e das suas tradições, a partilha e o respeito pelos valores comuns são condição *sine qua non* para fazer parte da UE. Sendo a democracia um valor inalienável, a dignidade humana, a liberdade, a igualdade, o estado de direito, o respeito pelos direitos humanos e das minorias são igualmente parte integrante do projeto europeu. Presentemente, a Albânia, a Macedónia do Norte,

o Montenegro, a Sérvia e a Turquia são países candidatos à UE, permanecendo a Bósnia-Herzegovina e o Kosovo como potenciais candidatos, agora a par da Ucrânia, da Geórgia e da Moldávia. Conta presentemente com 27EM e o *Brexit* constituiu o segundo revés

do projeto europeu. Ironicamente, havia sido o poeta inglês John Donne (1572-1631) quem *avant la lettre* antecipou o sentimento europeísta, tendo inspirado o título de uma obra maior de Ernest Hemingway (1899-1961): «*nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra; se um torrão é arrastado para o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse a casa dos teus amigos ou a tua própria; a morte de qualquer homem diminui-me, porque faço parte do género humano. E por isso não perguntes por quem os sinos do bram; eles dobram por ti*».

Muito provavelmente, o aspeto mais paradoxal do projeto europeu reside no facto de, com alguma regularidade, ser demonizado pelos mais variados líderes mundiais, que fomentam forças centrífugas que se lhe opõem visando a sua fragilização, ao mesmo tempo que os respetivos concidadãos almejam a segurança e a prosperidade que ele proporciona, a ponto de todos os anos serem muitos os que arriscam as suas vidas para entrar, residir e trabalhar na UE. Para os que vivem na incerteza e na descrença a Europa é um farol, que com a invasão da Ucrânia parece ter encontrado energia renovada para se assumir como ator geopolítico e iluminar o mundo em transformação.

«*A Europa é um conceito que só secundariamente é geográfico. A Europa não é nenhum continente geograficamente evidente, mas trata-se de um conceito cultural e histórico. [...] A Europa para sobreviver precisa incontestavelmente de uma nova recepção crítica e humilde de si mesma. A multiculturalidade, cada vez mais exigida e vivida de forma apaixonada, é por vezes recusa do que é próprio, fuga do que é específico. Mas a multiculturalidade não pode subsistir sem constantes comuns, sem pontos de orientação daquilo que é específico. Seguramente, sem a afirmação do sagrado não se pode aguentar. A ela cabe encontrar-se respeitosamente com a sacralidade do outro, mas isto só se consegue quando o sagrado – Deus – não se tornou estranho*».

Cardeal Joseph Ratzinger



António Gonçalves  
CFR



CFR António Gonçalves



https://www.2021portugal.eu/pt/



https://pace.coe.int/en/

### CONSELHO EUROPEU

Designação dada à reunião dos chefes de Estado ou de governo que define as orientações e as prioridades políticas da UE. Por norma, reúne duas vezes em cada semestre, em Bruxelas. Além do respetivo presidente também tem assento a presidente da Comissão Europeia. Sendo uma instituição não legislativa da UE, não negocia nem adota legislação. Nas Conclusões que adota, identifica questões candentes e medidas a tomar pela UE. O Conselho Europeu reúne em sala própria, no edifício *Europa*.

### CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Instituição da UE onde se encontram representados os governos dos EM. Reúne os respetivos ministros ou secretários de estado para adotar legislação e coordenar políticas da UE, sendo a respetiva Presidência exercida pelos EM, em regime rotativo, por períodos de seis meses. Portugal já exerceu aquela Presidência por quatro vezes, 1992, 2000, 2007 e 2021.

### CONSELHO DA EUROPA

Organização intergovernamental, com sede em Estrasburgo, dedicada à promoção dos valores democráticos, dos direitos humanos e da estabilidade político-social na Europa. Não faz parte da UE e integra os 47 países da Europa signatários da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (1950), à exceção da Bielorrússia. Portugal tornou-se membro efetivo em 1976 e a Rússia foi agora excluída.

# GUERRA NO PACÍFICO

## BLOODY RIDGE

### INÍCIO DOS TOKYO EXPRESS

A batalha das Salomão Orientais<sup>1</sup> teve como característica comum a falta de coordenação e falhas de comando e controlo de ambos os lados. Quer o VALM Fletcher quer o CALM Nagumo evitaram expor os seus porta-aviões, à semelhança de dois pugilistas que evitam chegar muito perto um do outro. Contudo, o resultado desta batalha foi assimétrico. Enquanto que, para o ALM Nimitz um “empate técnico” lhe permitia ganhar tempo, já para o ALM Yamamoto o tempo para a vitória decisiva que permitisse, eventualmente, impor uma paz negociada era cada vez mais escasso.

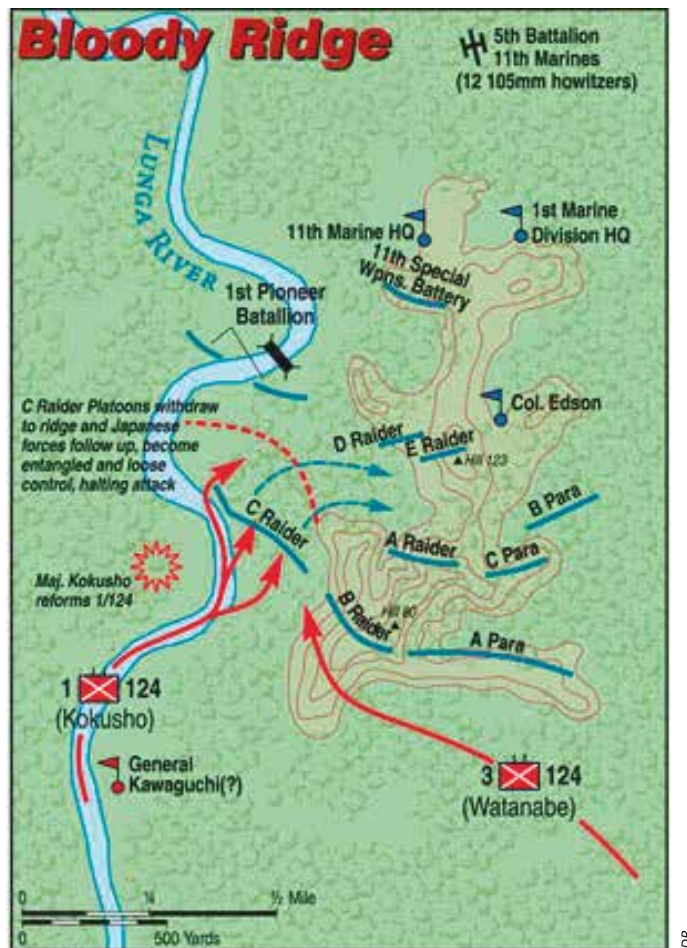
Apesar de ambas as forças de porta-aviões terem abandonado a área no dia 24 de agosto de 1942, os navios japoneses de transporte de tropas de reforço de Guadalcanal continuavam no mar, escoltados pelos contratorpedeiros do CALM Tanaka. Às 09h35 do dia 25, um grupo de aviões bombardeiros de Henderson Field localizou a força japonesa, que foi prontamente atacada, provocando o afundamento de um transporte e de um contratorpedeiro. Percebendo que não tinha condições para prosseguir, Tanaka abortou a missão, ordenando a retirada do que restava da sua força para as ilhas Shortland. Este episódio provocou alterações na estratégia japonesa, que passou a efetuar os desembarques das tropas de infantaria a coberto da noite. Estes comboios de tropas inter-ilhas tornar-se-iam tão frequentes que os marines passariam a designá-los por “Tokyo Express”.

No final de agosto, aproveitando as noites escuras sem luar, o “Tokyo Express” conseguiu desembarcar na ilha cerca de 6.000 homens. Nesta altura, o alto comando japonês começava a encarar Guadalcanal com prioridade, pelo que foi decidido enviar mais tropas sob o comando do MGEN Kiyotake Kawaguchi. No dia 6 de setembro, quando desembarcou em Guadalcanal, Kawaguchi levava na bagagem a sua farda branca. A mala com a farda ficaria na localidade de Tassimboko, num posto logístico guardado por um pequeno destacamento. Com alguma ansiedade, Kawaguchi aguardava o dia em que a envergaria para comemorar, com pompa e circunstância, a vitória final sobre os americanos.

### ATAQUE AÉREO, NAVAL E TERRESTRE A HENDERSON FIELD

Dois dias depois, o destacamento do COR Merrit A. Edson, que tinha invadido Tulagi e que o MGEN Vandegrift decidiu transferir para Guadalcanal, desembarcava precisamente em Tassimboko. Aqui, Edson descobriu o principal depósito de suprimentos de Kawaguchi, que incluía grandes quantidades de mantimentos, munições, suprimentos médicos e, claro, a sua farda branca que mais tarde seria exibida pelos Marines como troféu de guerra. Depois de destruir tudo, com exceção de alguns documentos, Edson dirigiu-se para o perímetro de Henderson Field. A análise dos documentos capturados levou Vandegrift a concluir que pelo menos 3.000 soldados japoneses estavam na ilha.

No dia 11 de setembro, vinte e quatro caças aterraram em Henderson Field, tendo os pilotos sido muito bem acolhidos pela “Cactus Air Force” que, nessa altura, estava reduzida a onze aviões. Nesse mesmo dia e no dia seguinte, violentos combates aéreos ocorreram no espaço aéreo de Guadalcanal. No dia 12 os batalhões de Edson estavam posicionados numa zona a sul do aeródromo, cobrindo uma lacuna no perímetro defensivo a sul, quando foram violentamente bombardeados. Na noite de 12 de setembro, enquanto um cruzador e três contratorpedeiros fustigavam os americanos, os japoneses iniciaram as hostilidades contra os entrincheirados Marines de Edson.



Seguiu-se uma das batalhas terrestres cruciais da campanha de Guadalcanal. As tropas de Kawaguchi tentaram invadir e flanquear o perímetro defensivo a sul, numa zona que consideravam defensivamente mais fraca, a cerca de 1.000 metros da pista de aviação. Durante a noite de 13 para 14 de setembro, por doze vezes os japoneses, apoiados por fogo de morteiro, atacaram os Marines, gritando banzais e “Marine You Die”. Os fuzileiros responderam com obscenidades e uma saraivada de tiros de armas automáticas e morteiros. Apesar de terem recuado para se reagrupar, os homens de Edson conseguiram impedir a penetração japonesa. Aquela que ficou para a história como a batalha de Bloody Ridge, terminou com um saldo sangrento: 143 baixas do lado americano contra cerca de 1.200 baixas do lado Japonês.

A 18 de setembro, 4 dias depois da batalha, a 1ª Divisão de Marines foi reforçada com 4.200 homens do 7º Regimento de Marines, que desembarcaram com equipamentos de engenharia, munições e mantimentos. Pela primeira vez Vandegrift sentiu que estava a controlar a situação, com um total de 23.000 homens e uma capacidade aérea cada vez mais forte e organizada. Contudo, a sua natural confiança não era partilhada quer em Washington, quer pelo seu superior hierárquico imediato, o VALM Robert Ghormley, em Numéa.

Na verdade, apesar das pesadas baixas, os japoneses não tinham desistido de reconquistar Guadalcanal e continuariam a desembarcar efetivos através do “Tokyo Express” na zona do cabo Esperança, a cerca de 23 milhas a oeste do aeródromo de Henderson. Novos e violentos confrontos se seguiriam, no mar e em terra, antes do final da campanha.



Piedade Vaz  
CFR REF

Nota

<sup>1</sup> Ver RA 571, de março de 2022.



## ENTREGAS DE COMANDO/TOMADAS DE POSSE

### DIRETOR DA COMISSÃO CULTURAL DE MARINHA

Teve lugar no passado dia 26 de janeiro, a cerimónia de tomada de posse do cargo de Diretor da CCM, pelo VALM Edgar Bastos Ribeiros, sucedendo ao CALM José Garcia Belo. A cerimónia decorreu no Pavilhão das Galeotas do Museu de Marinha, em Belém, e foi presidida pelo CEMA e AMN, ALM Henrique Gouveia e Melo.

O VALM Bastos Ribeiro agradeceu ao Comandante da Marinha a confiança em si depositada e traçou os objetivos para a sua comissão. Na sua alocução, evidenciou a importância de fomentar as parcerias e projetos com entidades externas, assim como continuar a renovação dos espaços expositivos e visitáveis, procurando também novas formas de plataformas de comunicação e divulgação. Dirigindo-se à guarnição da CCM, referiu que *“só podemos orgulhar-nos do que fazemos, quando olhamos para trás e verificamos que, de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuimos para que a nossa instituição tivesse dado saltos qualitativos. Só assim as instituições evoluem. É isso que espero de todos... que cada um de vós e todos em conjunto tenham a atitude que conduza a isso”*.

O ALM CEMA agradeceu ao Diretor cessante, CALM Garcia Belo, pela *“forma pragmática e empenhada como dirigiu a CCM, num período particularmente difícil para o setor cultural”* e enumerou as prioridades para o Setor Cultural da Marinha: alargar o universo de atuação da Marinha no domínio cultural; desenvolver formas de comunicação inovadoras, para a aproximação ao público; promover a recuperação e divulgação do património histórico e cultural da Marinha, através de fontes de financiamento; prosseguir com a renovação e conservação das exposições; incrementar as receitas próprias para apoiar a atividade do sector cultural; alargar a oferta cultural da Marinha, aumentando o seu reconhecimento junto do público; aumentar o acesso à informação histórica e cultural da Marinha.

O ALM CEMA dirigindo-se ao Diretor empossado, manifestou a sua confiança nas suas competências e capacidades de gestão e liderança para *“afirmar a relevância da Marinha como parceira essencial na consolidação de uma cultura marítima nos portugueses e na afirmação de Portugal”*.



Fotos: SAU ETC Silva Parracho

#### SÍNTESE CURRICULAR

O VALM Bastos Ribeiro ingressou no Curso de Marinha da EN em 1977, tendo obtido a licenciatura em Ciências Militares-Navais. Foi promovido ao posto de GMAR, em outubro de 1982 e especializou-se em Eletrotécnica. Possui o Curso Geral Naval de Guerra, o Curso Complementar Naval de Guerra, no ISNG e o Curso de Promoção a Oficial General, no IESM. Possui igualmente, o Curso de Estados-Maiores Conjuntos no IDN e o *Senior Course 106*, no Colégio de Defesa NATO em Roma.

Como oficial embarcado, desempenhou funções de oficial imediato do NRP *Corte Real*, durante o qual o navio integrou a STANAVFORLANT, tendo participado na operação *Determined Force* no Kosovo e no processo de paz na Guiné-Bissau; comandou as patrulhas *Limpopo* e *Zaire*; foi Chefe do Departamento de Armas e Eletrónica das fragatas *Comandante Sacadura Cabral* e *Roberto Ivens*, tendo

participado em diversos exercícios nacionais e NATO, incluindo a integração em duas STANAVFORLANT; foi Chefe dos Serviços de Eletrotécnica e de Navegação da corveta *João Roby*; Comandante do NRP *Dom Jeremias* e oficial imediato do patrulha *Quanza*. Em terra, desempenhou funções de Oficial Adjunto da Representação Militar de Portugal junto da NATO e da União Europeia; prestou serviço no Gabinete de Estudos e Planeamento da DSP; prestou serviço na DP e Organização do EMA; foi Chefe do Centro de Estudos de Pessoal do gabinete do SSP; foi Chefe do Departamento Técnico Pedagógico da Escola de Eletrotécnica e Secretário Escolar. Como oficial general, desempenhou os seguintes cargos: SM; COA; Comandante do IUM; Comandante da EN; Chefe da Divisão de Logística do EMA e o de Diretor do Serviço de Formação.

O VALM Edgar Marcos de Bastos Ribeiros nasceu em Lisboa a 8 de maio de 1960. É casado e tem dois filhos.

## SUBDIRETOR-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA E 2.º COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

Tomou posse, no dia 28 de janeiro, o novo Subdiretor-geral da Autoridade Marítima e 2.º Comandante-geral da Polícia Marítima, CALM Nuno António de Noronha Bragança, rendendo no cargo o CALM Fernando Jorge Ferreira Seuanes.

A cerimónia, realizada no Salão Nobre da DGAM, foi presidida pelo Diretor-geral da Autoridade Marítima e Comandante-geral da Polícia Marítima, VALM João Dores Aresta, e contou com a presença do Vice-CEMA, VALM António Coelho Cândido, do Diretor Nacional Adjunto da Unidade Orgânica de Operações e Segurança da PSP, do Comandante da Unidade de Controlo Costeiro da GNR, da Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, do Comandante Regional da Proteção Civil de Lisboa e Vale do Tejo e do Presidente da Associação Socioprofissional da Polícia Marítima. Inicialmente foi condecorado o CALM Ferreira Seuanes. A Medalha Militar de Mérito Militar de 1ª Classe e a Medalha da Cruz Policial Marítima de 1ª Classe, foram apostas ao agraciado pelo VALM Coelho Cândido e pelo VALM Dores Aresta, respetivamente. Seguiu-se a leitura do despacho de nomeação e a subsequente intervenção do VALM Dores Aresta, que manifestou confiança no recém-empossado, salientando "a sua capacidade de trabalho, a sua experiência, lealdade e camaradagem" que contribuirão para o sucesso da Autoridade Marítima Nacional.

No discurso de tomada de posse, o CALM Noronha Bragança revelou alguns dos desafios para o seu novo cargo, nomeadamente "manter uma presença relevante da Polícia Marítima no mar e nas zonas costeiras e ribeirinhas, bem como o empenhamento em missões externas" e "apostar na formação e qualificação dos efetivos da Autoridade Marítima Nacional, investindo em novas tecnologias e reforçando a qualidade do trabalho desenvolvido pela Escola da Autoridade Marítima".

O empossado dirigiu ainda uma palavra a todos os elementos que servem na Autoridade Marítima Nacional, referindo que "as



*mulheres e os homens que servem na instituição constituem o ativo mais valioso da organização, permitindo uma Autoridade Marítima Nacional que assegura o exercício da soberania e da jurisdição nacional, a preservação dos nossos recursos e a segurança, proteção civil e salvaguarda do cidadão e do País".*



Fotos SAJ ETC-Silva Parracho

### SÍNTESE CURRICULAR

O CALM Nuno António de Noronha Bragança concluiu o Curso de Formação de Oficiais de Marinha da EN em 1988 e foi promovido a GMAR a 01 de outubro desse ano.

Especializou-se em Comunicações e possui, entre outros, o Curso Geral Naval de Guerra, assim como um Mestrado em Comportamento Organizacional.

Esteve embarcado em várias unidades navais, tendo comandado o navio patrulha Limpopo. Exerceu as funções de Chefe do Serviço de Informações e Combate da fragata *Comandante Sacadura Cabral*, Chefe do Serviço de Comunicações do navio de apoio logístico *São Miguel* e da corveta *Baptista de Andrade* e de Comandante do Agrupamento de Navios da EN.

Em terra, desempenhou as funções de Comandante de Companhia na EN, de Diretor da Estação Radionaval de Ponta Delgada, de Diretor do Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha, de Chefe do Gabinete do Diretor-geral da Autoridade Marítima, de Comandante da Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha, de Chefe da Divisão de Recursos Estado Maior da Armada, de Ajudante de Campo na Presidência da República, entre outras.

No exterior, desempenhou funções como oficial do Estado-Maior da União Europeia, em Bruxelas, na Bélgica.

Após a promoção a oficial general, desempenhou o cargo de Assessor Militar na Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República e de Chefe do Gabinete do ALM CEMA.



## DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO HIDROGRÁFICO

No passado dia 28 de janeiro, tomou posse como Diretor-Geral do IH o CALM Simões Marques, rendendo no cargo o VALM Ventura Soares. A cerimónia, presidida pelo CEMA e AMN, ALM Gouveia e Melo, contou com a presença de representantes de entidades militares e civis congéneres.

O CALM Simões Marques no seu discurso salientou que *“o elemento-chave da missão e atribuições do IH é o conhecimento do mar, um conhecimento abrangente e multidisciplinar, colocado, entre outras áreas de aplicação, ao serviço do planeamento e execução das operações militares navais e de outras operações marítimas, ao serviço da segurança da navegação, ao serviço da proteção civil, e ao serviço da investigação e desenvolvimento nas áreas da hidrografia, da cartografia hidrográfica, da oceanografia e da defesa do meio marinho, tanto no plano nacional como internacional.”*

Referiu ainda que ao longo dos 60 anos de existência do IH, *“foram operadas alterações orgânicas e funcionais, das quais se destaca a criação do Centro Geoespacial, Meteorológico e Oceanográfico Marítimo, que visa dar resposta às necessidades emergentes, e que igualmente traduz o compromisso do IH em ser uma instituição de referência nacional e internacional no conhecimento dos Oceanos, honrando o lema que o norteia: Conhecer o mar para que todos o possam usar”.*

O ALM CEMA e AMN fez uso da palavra e identificou as prioridades determinadas para o IH: *“Manter o foco nas atividades de apoio à Esquadra e às organizações de que somos parte, prestando apoio geoespacial, meteorológico e oceanográfico à Marinha, à AMN e aos aliados; Fortalecer as capacidades do Centro Meteorológico e Oceanográfico Naval, com impacto direto no produto operacional da Marinha, e contribuindo, também, para a missão da Autoridade Nacional de Proteção Civil; Capacitar os países africanos da CPLP nos domínios hidrográfico e oceanográfico, realizando missões nesses países e recolhendo informação; Incrementar a capacidade de armazenamento e de processamento de dados (Big Data e Inteligência Artificial); Desenvolver os projetos SEAMAP 2030 e MONIZEE; Reforçar as missões hidro-oceanográficas, de que é exemplo a Iniciativa Mar Aberto; e Fortalecer os padrões e o reconhecimento internacional da Escola de Hidrografia e Oceanografia, investindo na formação contínua de militares e de civis (mestrados e doutoramentos).”*



Fotos SAU/ETC/Silva Parracho

### SÍNTESE CURRICULAR

O CALM Simões Marques, licenciado em Ciências Militares Navais pela EN, possui igualmente os graus de Mestre em Engenharia Informática pela FCT/UNL e de Doutor em Engenharia e Gestão pelo IST. Especializado em Eletrotécnia, frequentou o Curso Geral Naval de Guerra, o Curso de Promoção a Oficial General e ainda diversos cursos de atualização e aperfeiçoamento de que se destacam os relacionados com a preparação para a receção das fragatas classe *Vasco da Gama*.

Serviu em diversas unidades navais, como chefe de serviço e imediatamente em patrulhas e fragatas, tendo integrado a primeira guarnição da fragata *Vasco da Gama*. Comandou as corvetas *Jacinto Cândido* e *António Enes* (1999-2001).

Em terra, prestou serviço como instrutor, subdiretor e diretor na Escola de Eletrotécnia/G1EA (1993-1999) e como chefe de divisão na Direção-Geral de

Armamento e Equipamentos de Defesa/MDN (2001-2007), onde acumulou com a representação nacional na *NAMSO* e no *NATO Movement and Transportation Group*, entre outros *fora*.

Entre 2007 e 2010 foi Oficial de Ligação junto do *US Joint Forces Command*, em Norfolk, EUA, para as áreas do *Concept Development & Experimentation*, *Interagência* e *Comprehensive Approach*. De setembro de 2011 a outubro de 2015 foi Chefe de Gabinete do VALM Superintendente do Material.

Após a promoção a COM em setembro de 2015, foi Comandante de Apoio Geral na estrutura do EMGFA.

Entre 2016 e 2018 desempenhou o cargo de SUBCEMA, que acumulou, entre setembro de 2016 e setembro de 2017, com o de Chairman do *European Coast Guard Functions Forum*. Entre 2018 e 2022, desempenhou o cargo de Comandante da EN.

Autor: 2TEN TSN-ARQ Paulo Guedes



## “PATADA” DO PRESIDENTE

Terminado o 7.º ano, concorri à Escola Naval, ao Instituto Superior Técnico e Faculdade de Ciências, estas duas últimas por imposição paterna.

Como não fui aceite na Escola Naval, por não atingir os mínimos no exame aos olhos, lá fui para o Técnico. Estávamos em 1968 e fervilhava o Maio de 68. Rapidamente aquilo pegou fogo, queimaram-se as capas e as batinas, acabou-se com a sala das alunas e mais umas tretas. Depois foi a greve às aulas. A primeira, foi para apoiar a luta do povo basco. Depois, vieram outras greves. A polícia de choque acabou por aparecer e o Técnico ficou fechado por largo tempo.

Entretanto, o meu amigo Hernâni Resende tinha-se oferecido para os fuzileiros e foi incorporado no 13º CFORN. Dali a preencher o papelinho para ir também foi um instante. Só faltava informar a família. Andei a remoer a ideia uns dias e, no dia de Natal, durante o jantar com toda a gente à mesma mesa, dei a novidade; fui logo acrescentando que assim ficava com o serviço militar logo despachado, já que o Técnico estava fechado. Ficou tudo estarecido, não se ouviu nem uma mosca durante uns momentos.

A situação lá se compôs. Depois o meu pai chamou-me à parte e disse-me: “Tudo bem”, mas que tinha que acabar o curso nos anos seguintes.

Lá fui curtindo a Marinha, até que, chegado à Guiné e quando a porta do avião se abriu e levei com aquele bafo à época das chuvas, concluí que me tinha metido numa grande alhada. Acabei no DFE 4 e em Ganturé, onde estacionámos durante dez meses seguidos, pois na altura os Fuzileiros estavam mal vistos em Bissau, porque só armavam “granel”. As ligações com o exterior eram as lanchas que passavam e o avião Rallie<sup>1</sup>, que nos trazia o correio todas as semanas.

O avião passava por Vila Cacheu e Bigene todas as segundas-feiras à tarde; sobrevoava Ganturé, o que era o sinal para se enviar o jipe a Bigene, a três quilómetros de distância, que dispunha de pista de aterragem, para se levar e trazer o correio.

Além dos sacos do correio, vinha também uma caixa de cartão para o Tenente Matias. Isso intrigava o meu Comandante, pela

regularidade: “Ó Matias, você tem “patada”<sup>2</sup> do Presidente da República para receber todas as semanas uma encomenda cheia de coisas boas!”

Ao que eu respondi: “Comandante, se eu tivesse “patada” do Presidente não estava metido neste buraco mas sim em Lisboa, no Estado-Maior, com cordões dourados e a dar volta ao serviço às 16:00. O que eu tenho é uma tia-madrinha!”

A minha única tia e também minha madrinha, morava num prédio onde morava também um Major da Força Aérea, piloto dos TAM<sup>3</sup> que, quando soube da minha ida para a Guiné, mostrou-se disponível para me fazer chegar as encomendas que houvesse. E assim foi, passei a receber às segundas-feiras, de quinze em quinze dias, uma grande caixa de cartão, com amêndoas, livros, jornais, e sempre com um pão-de-ló acabado de fazer pela minha mãe. No domingo, pela tarde, os meus pais levavam a caixa à minha tia. Pela meia-noite o Sr. Major tocava à campainha e a minha tia entregava-lhe a caixa. Ele ia para o AB1<sup>4</sup>, pegava no DC 6 dos TAM e, pelas 7 da manhã, aterrava em Bissau. Entregava a caixa ao Pombo, piloto civil do Rallie e filhos da mesma escola<sup>5</sup> e, pelas três da tarde, lá recebia a caixa.

Estava desvendado o mistério.



**Ricardo Lisboa da Graça Matias, 14º CFORN**

In Crónicas Intemporais da Guerra e da Fraternidade

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

### Notas

<sup>1</sup> Avião monomotor de quatro lugares, supostamente alugado, que fazia a ligação entre Bissau e os diversos quartelamentos onde estacionava a Marinha. Dizia-se que era um segredo bem guardado, pois a Marinha não podia ter aviões, só barcos.

<sup>2</sup> Na Armada quer dizer cunha, benesse, etc.

<sup>3</sup> Acrónimo de Transportes Aéreos de Moçambique.

<sup>4</sup> Base Aérea de Figo Maduro, paredes meias com a Portela, hoje AT 1.

<sup>5</sup> Adaptação livre, já que é uma expressão muito usada na Marinha para designar os camaradas da mesma incorporação.



# POLIOMIELITE

A poliomielite, também chamada de pólio ou paralisia infantil, é uma doença infecciosa viral altamente contagiosa que invade o sistema nervoso e pode levar a uma paralisia irreversível, bem como à morte, em casos extremos. A doença não tem tratamento possível, contudo pode ser prevenida por vacinação. Atualmente esta doença é endêmica apenas em dois países: Paquistão e Afeganistão, porém a 17 de fevereiro de 2022 o mundo acordou com a notícia de um surto de poliovírus selvagem tipo 1 no Malawi, após detecção de um caso no país, o primeiro em 30 anos, e o primeiro em África desde há 5 anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já iniciou uma campanha de vacinação em massa contra a poliomielite na África Austral. É importante recordar que enquanto não se eliminar totalmente a poliomielite, as crianças de todo o mundo correm o risco de a contrair.

## ETIOLOGIA

A poliomielite é o nome da doença causada pela infecção com poliovírus. Estão identificados 3 sorotipos (tipo 1, tipo 2 e tipo 3) e todos são extraordinariamente virulentos e produzem os mesmos sintomas, contudo o tipo 1 é a forma mais frequentemente encontrada e a mais associada à paralisia. Estes vírus causam doença exclusivamente em seres humanos. O contágio ocorre maioritariamente de pessoa para pessoa, através de secreções orofaríngeas (via oral-oral), mas também por contaminação com fezes (via fecal-oral), como acontece com água ou alimentos contaminados. O tempo entre a exposição e os primeiros sintomas (período de incubação) varia entre 3 e 35 dias. Uma pessoa infetada é contagiosa ainda antes de apresentar sintomas e só deixa de o ser várias semanas depois da infecção, já que mesmo sem sintomas o vírus continua presente na sua saliva e fezes.

## MECANISMO DA DOENÇA

Ao entrar no corpo humano por via aérea ou digestiva, o poliovírus infeta imediatamente as células com as quais contacta: mucosa orofaríngea e intestinal, e começa a replicar-se. Durante cerca de uma semana multiplicam-se e difundem-se para as amígdalas e gânglios linfáticos. Posteriormente os poliovírus entram na corrente sanguínea e disseminam-se por todo o organismo. Numa percentagem pequena de casos o vírus replica-se também no tecido adiposo ou mesmo nos músculos, causando sintomas semelhantes aos da gripe. Em menos de 1% dos casos o poliovírus, por mecanismos ainda desconhecidos, invade o sistema nervoso central (SNC) provocando resposta inflamatória local, havendo destruição dos neurónios motores, causando paralisia.

## EPIDEMIOLOGIA

A poliomielite foi reconhecida pela primeira vez em 1840 por Jakob Heine mas o poliovírus só foi identificado em 1908 por Karl Landsteiner. A história está repleta de epidemias de poliomielite e esta foi uma das doenças infantis mais temidas do século XX em todo o mundo, já que levou a milhares de pessoas a adquirirem deficiências físicas permanentes. A vacina foi desenvolvida em 1950 e os casos têm diminuído desde então. Muitas entidades apoiaram e ainda apoiam a vacinação de todas as crianças, entre as quais a OMS, UNICEF, Rotary International e GAVI Alliance (iniciativa da Fundação Bill e Melinda Gates). Desde 1988 o número de casos de poliomielite diminuiu 99,9%, de cerca de 350.000 casos em mais de 125 países endémicos, para 29 casos relatados em 2018, mundialmente.

Portugal tem o certificado oficial da OMS de eliminação desta doença desde 2002, sendo que o último caso de poliomielite, com paralisia por vírus selvagem, registado em Portugal verificou-se em 1986. A eliminação desta doença em Portugal foi conseguida após uma campanha de vacinação em massa em 1965/66 e pela aplicação do Programa Nacional de Vacinação, desde 1965 até hoje, com elevadas coberturas.



A 25 de agosto de 2020 a OMS declarou que apenas dois países do mundo ainda mantinham casos de transmissão (Paquistão e Afeganistão) e que "o mundo está mais perto de alcançar a erradicação global da pólio". Segundo a OMS, em 2021 apenas cinco casos de poliovírus selvagem foram identificados no mundo inteiro.

Sabe-se que a poliomielite é mais frequente em crianças < 5 anos. O risco de desenvolver paralisia parece estar associado a estados de imunodeficiência, desnutrição e gravidez. A gravidade da paralisia parece aumentar com a idade (adultos desenvolvem paralisias mais extensas que as crianças) contudo esta é uma complicação que atinge qualquer idade, sexo e estrato social.

## MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS

Esta é uma doença geralmente assintomática (aproximadamente 90% dos casos). Quando a doença é sintomática esta pode causar uma poliomielite ligeira (cerca de 8% dos casos) ou grave (menos de 2% dos casos). A poliomielite ligeira caracteriza-se por mal-estar, fadiga, febre, odinofagia (dor de garganta) e sintomas gastrointestinais (náuseas, vômitos, dores abdominais). Estes sintomas normalmente desaparecem até ao 3º dia. A poliomielite grave surge quando a infecção progride e atinge o SNC. Nestas raras situações, após os sintomas ligeiros iniciais, o doente agrava com cefaleias e mialgias fortes, irritabilidade, rigidez do pescoço, dores nas costas e, em algumas zonas da pele, podem ocorrer sensações de picadas e uma involuntária sensibilidade à dor (devido à infecção das membranas que revestem o SNC, as meninges). A infecção nesta altura pode estabilizar, e o doente recupera habitualmente sem sequelas, ou pode progredir pelo SNC com destruição dos neurónios motores da medula espinhal e do cérebro (o que acontece em menos de 1 em cada 200 casos de infecção por poliovírus). A lesão do SNC causa paralisia. Conforme a área afetada a paralisia pode ocorrer em apenas um grupo muscular, num membro completo, em dois membros ou mesmo nos quatro membros (tetraplegia). Pode também ocorrer dificuldade em engolir saliva, alimentos líquidos e sólidos, bem como dificuldade respiratória. Atualmente, com o desenvolvimento da medicina intensiva, a morte por poliomielite é rara.

### DIAGNÓSTICO

O diagnóstico clínico permite uma boa orientação, mas o diagnóstico final é feito com confirmação laboratorial da presença do poliovírus. Em termos clínicos, suspeita-se de poliomielite parálitica na presença de aparecimento súbito de paralisia flácida em um ou mais membros, com reflexos tendinosos diminuídos, sem haver perda da sensibilidade ou das capacidades intelectuais. A análise laboratorial consiste em isolar o poliovírus de amostras de fezes e secreções orofaríngeas, e mais raramente do líquido cefalorraquidiano (obtido através de punção lombar). A pesquisa no sangue de anticorpos para o poliovírus também é utilizada no diagnóstico, já que estes surgem habitualmente logo no início da infeção.

### TRATAMENTO

Ainda não existe cura para a poliomielite. O tratamento é de suporte, isto é, o objetivo é reduzir a gravidade dos sintomas, acelerar a recuperação, evitar complicações e proporcionar conforto ao doente. Analgésicos e dieta nutritiva são fundamentais. Se os músculos respiratórios forem atingidos há necessidade de usar um ventilador artificial. A fisioterapia é muito útil a prevenir deformidades e perda da função muscular.

A longo prazo, na presença de sequelas paráliticas, deve ser proporcionado ao doente terapia ocupacional, fisioterapia, aparelhos de suporte ortopédico, calçados ortopédicos e, se necessário, cirurgia ortopédica. A OMS estima que há 10 a 20

milhões de sobreviventes de pólio no mundo e milhares com sequelas físicas.

### PREVENÇÃO

A vacinação é o melhor método preventivo e a única medida que permite erradicar a doença do mundo. Em Portugal, o Programa Nacional de Vacinação iniciou-se a 4 de outubro do ano de 1965, numa campanha de vacinação em massa, exatamente contra esta doença, a poliomielite. Só depois foram adicionadas outras vacinas de caráter obrigatório.

Existem atualmente 2 tipos de vacinas contra esta doença. Uma é na forma injetável e contém os 3 serotipos do poliovírus inativado, e a outra é administrada por via oral e contém 2-3 serotipos do poliovírus vivo atenuado (em ocasiões raras, existe o risco de o vírus atenuado sofrer mutações e conseguir causar paralisia, pelo que a maioria dos países desenvolvidos não a utiliza). Em Portugal é administrada a vacina inativada injetável aos dois, quatro e seis meses, com reforços aos 18 meses e aos cinco anos.

É também importante incutir o hábitos de higiene desde tenra idade, já que a etiqueta respiratória (tossir para o braço ou lenço), a lavagem das mãos de forma regular (e obrigatória antes de cozinhar ou de comer, bem como após ir ao w.c.) e a evicção do consumo de águas não tratadas ou alimentos crus não lavados são fundamentais na prevenção desta e de muitas outras doenças.

Ana Cristina Pratas  
CTEN MN

















Rua Leopoldo de Almeida, Nº 8A • 1º andar • 1750-138 Lisboa • PORTUGAL  
 Tel.: (+351)217 520 221 / 3 • Cell: (+351) 969826379 | (+351) 969826387 | (+351) 969826388  
 E-mail: geral@lissa.pt • www.lissa-lda.com



# QUARTO DE FOLGA

## JOGUEMOS O BRIDGE

## Problema nº 254

**NORTE (N)**

♠ ♥ ♦ ♣

8 6 V R

7 5 3 10

6 4 2 3

2

**SUL (S)**

♠ ♥ ♦ ♣

A A R A

D R 10 D

V 3 6 V

5

### GRAU DE DIFICULDADE – MÉDIO CARECENDO DE ATENÇÃO

W-E vuln. Como deve jogar S para tentar cumprir o contrato de 3ST, recebendo a saída a 5♦ (4ªs) feito pelo A de E que continua com o 8.

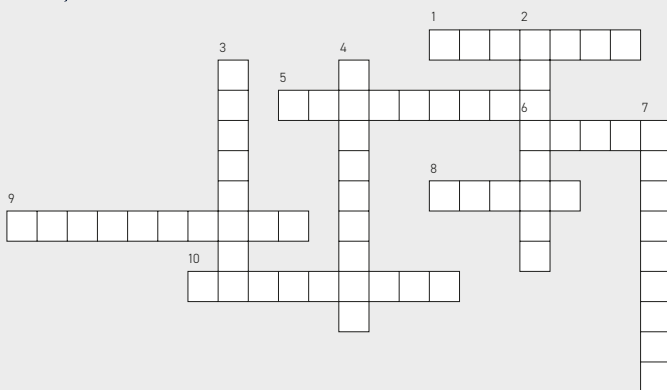
### SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 254

Analisando as 2 mãos constatamos que 5 necessita do R bem colocado, precisando certamente de fazer 2 passagens para conseguir as suas 9 vazas 3♥+3♦+3♣. Para tanto terá de arranjar uma forma de dispor de mais uma mão no morto para além do R. A saída às 4ªs mostra que existem nas 3 mãos 6 cartas de ♦ acima do 5 (11-5, regra dos 11), pelo que E terá só mais uma depois do A. Tudo parecendo indicar que W tenha saído com 5 cartas de D. Será nesta informação que S deverá basear o seu cartório desde a primeira vaza, porquanto o V de N será uma carta valiosa para a 2ª entrada que faltava, bastando portanto baldear o seu R debaixo de N para tentar indicar que W tenha saído com 5 cartas de D. Será nesta informação que S deverá basear o seu cartório desde a primeira vaza, porquanto o V de N será uma carta valiosa para a 2ª entrada que faltava, bastando portanto baldear o seu R debaixo de N para tentar indicar que W tenha saído com 5 cartas de D. Será nesta informação que S deverá basear o seu cartório desde a primeira vaza, fazendo a análise das suas hipóteses de cumprimento dos contratos sem jogar precipitadamente, recomendando já feita em problemas anteriores.

Nunes Marques  
CALM AN

## PALAVRAS CRUZADAS

## Os 400 Anos dos Fuzileiros



**HORIZONTAIS:** 1 – Arma utilizada pelo Terço da Armada. 5 – Chapéu utilizado pelos oficiais subalternos, sargentos e praças da brigada Real da Marinha (BRM). 6 – A sua conquista representa o símbolo maior para todos os e significa o ultrapassar com sucesso o exigente período de formação. 8 – Nome dos Botes utilizados pelos Fuzileiros. 9 – O mais antigo Corpo de Tropas com carácter permanente ao serviço de Portugal. 10 – Uniforme utilizado pelos Fuzileiros em Combate.

**VERTICAIS:** 2 – Arma utilizada contra cavalaria pesada, usada pelo Terço da Armada. 3 – Uma das subunidades do Batalhão de Fuzileiros nº1, que mantém uma forte presença nas mais variadas cerimónias e eventos, de cariz militar bem como civil. 4 – Nome da operação de resgate de portugueses na Guiné-Bissau em 1998, que contou com uma Força de Fuzileiros e do Destacamento de Ações Especiais. 7 – Missão que requer elevado planeamento e treino das equipas num campo de batalha oscilante e confinado aos espaços exíguos.

### SOLUÇÕES:

HORIZONTAIS: 1 – ARCABUZ. 5 – BARRETINA. 6 – BOINA. 8 – ZEBRO. 9 – FUZILEIROS. 10 – CAMUFLADO. VERTICAIS: 2 – ALABARDA. 3 – FANFARRA. 4 – CROCODILO. 7 – ABORDAGEM.

## SUDOKU

## Problema nº 86

### FÁCIL

6		7	4					9
9				6		8	4	7
						2		
				5				
	2	3					8	5
	8			7			2	6
		4					3	
	6						7	8
		5				4		

### DIFÍCIL

				7	9		5	
					2	7		4
		6					2	
8				5	7	1		
	1		6	2			5	
			8		1		6	
	5						6	
				9			2	
		7	4					1

### SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 86

#### FÁCIL

2	7	4	9	6	3	7	1	5	8	1	9	3	2	8	5	4	7	2	6	1
8	3	7	5	1	6	9	2	4	5	3	7	8	1	2	6	4	9	5	7	8
4	5	9	2	1	3	6	7	8	7	8	1	3	6	7	8	5	4	9	2	1
2	6	9	2	8	5	1	4	6	7	5	8	1	3	4	7	9	2	6	3	8
7	1	3	6	2	7	5	8	9	4	2	3	6	9	1	7	8	5	4	2	6
8	6	4	9	6	5	7	1	3	2	7	9	6	8	2	2	5	8	7	9	2
5	7	6	1	4	8	9	2	5	1	4	8	5	7	9	2	6	3	8	7	1
9	3	8	5	6	2	7	1	4	6	5	2	1	6	3	8	4	7	9	2	5
1	4	2	3	7	9	8	5	6	3	7	4	8	2	1	5	9	6	4	7	8

#### DIFÍCIL

## NOTÍCIAS PESSOAIS

### NOMEAÇÕES

• COM José Rafael Ferreira de Oliveira Rodrigues Pinto, Chefe do Departamento Marítimo dos Açores • CMG M Rui Manuel Rodrigues Teixeira, Comandante da Zona Marítima da Madeira, Chefe do Departamento Marítimo da Madeira, Capitão do Porto do Funchal e Capitão do Porto de Porto Santo.

### RESERVA

• ALM António Maria Mendes Calado • CMG AN António Rogério Dias Carvalho Silva • CMG M Alexandre Manuel Ribeiro Cartaxo • CMG M José Luís Guerreiro Cardoso • CMG M Fernando Manuel Carrondo Dias • CFR ST ECIV Agostinho Jorge de Almeida Silva • CFR ST-ECIV Francisco José Dos Santos • CFR AN Augusto José Santos Silva • SMOR MQ Paulo Jorge Castro dos Santos • SMOR FZ Joaquim José Botas Henriques • SMOR TF Carlos Manuel Moura Ferraz • SMOR C Vitor Manuel Fernandes Dias • SMOR CM Rui da Conceição Eduardo Carriço • SMOR CM Mário José Correia Caeiro • SCH A António João Pires Carvalhal Simião • SCH L Luís Filipe de Almeida Matos • SCH M Henrique Manuel Valente Dias • SAJ E Nuno José Catita Santos Marchante • SAJ H Paulo Jorge da Silva Coelho • SAJ TF João António Martins Rodrigues Massa • SAJ M Carlos Manuel Pires de Oliveira Nunes • SAJ ETI Jorge Manuel da Silva de Matos • SAJ R Luís Maurício do Nascimento Aleixo • SAJ TF Rui Manuel Lima Barroso • CMOR L Nelson Manuel de Proença Camacho • CMOR FZ Alberto Fernando Rodrigues Salgueiro • CAB T Pedro Pereira Lopes • CMOR T Rui Gonçalves de Carvalho • CMOR FZ Paulo Alexandre da Silva Abreu • CMOR L José Manuel Moraes Silva • CMOR E Paulo Jorge Cardoso Correia • CMOR L João Paulo Fernandes Zegre Custódio • CMOR L Paulo Jorge Falcão Gonçalves • CMOR A Ricardo José Reis Nabais • CMOR R Carlos Manuel Pereira Nunes • CMOR R Luís Miguel Furtado Ferreira de Matos • CMOR FZ António José Alves Lima • CMOR L João Carlos Simplício Pacheco • CMOR CRO Fernando Manuel da Conceição Dias • CMOR TFD José Joaquim Mendes Pais • CMOR R Carlos Alberto Mendes Figueira • CMOR TFH Manuel José Chinita Ruxa • CMOR CM José Carlos Beleza Guerreiro • CMOR M Carlos Manuel da Fonseca Madureira • CMOR CM Manuel Machado Buinho • CMOR CM Rui Manuel Vila Santa Moura • CMOR E Paulo Alexandre Belo Luís • CMOR E Luís Manuel Jorge Teixeira Marques • CMOR CM Daniel Jorge Guerreiro Colaço • CMOR FZ António Manuel Maurício Lourenço • CMOR TFD Carlos Adalberto Esteves Luís • CMOR TFH Carlos Manuel Lopes Pinto • CAB L Paulo Jorge Almeida Fernandes • CMOR TFH António Francisco da Conceição Freitas.

### REFORMA

• ALM António Maria Mendes Calado • VALM António José Bonifácio Lopes • CMG M Fernando Manuel Felix Marques • CMG M Eduardo Jorge Malaquias Domingues • CFR SEF António dos Santos Pereira da Costa • CFR SEE José Jorge Miranda de Matos • SMOR CM João Manuel de Brito • SMOR FZ Hernâni Manuel Rodrigues Chaves • SMOR H Orlando José Rodrigues Cardoso • SCH L Arménio Duarte Abreu • SCH C José Luís Bexiga Soares Baião • SAJ H António Manuel Marques Freire.

### FALECIDOS

• 21254 CMG M REF Eugénio José Martins Cavalheiro • 17752 CMG M REF Gabriel Rodrigues Paulo • 59954 CMG MN REF António Pedro Cabral Abreu • 21385 CMG M ACT Manuel Vicente Silvestre Correia • 28058 CMG M REF José Manuel Oliveira Monteiro • 205174 CFR FZ REF Rui Manuel Guedes Reis Trigo • 236248 1TEN OT REF José Aniceto da Silva Pascoa • 3558550 1TEN OT REF Salvador Teixeira • 305450 1TEN OT REF José do Carmo Ferrão Martins • 301746 1TEN C REF António José Gervásio • 363454 SMOR FZ REF José Martins Ferreira • 370654 SAJ R REF Estêvão José Eusébio • 248650 SAJ M REF Bernardino da Silva Torres • 246550 SAJ T REF José Pereira Marinho • 77364 SAJ TFD REF Manuel do Santos Azul Mónica • 170773 SAJ R REF Avelino João Santos Aiveca • 369054 SAJ R FEF Florêncio Faustino Ferrão • CAB CM REF Joaquim Marques • 470257 CAB FZ REF Armando Severo Ferreira Vieira • 91577 CAB FZ REF António Luís Martins Antunes de Oliveira • 211249 CAB CM REF Joaquim Marques • 907963 1MAR DFA FZ REF Luis da Silva Jacinto • 1GRT C 41967 Joaquim José Barbosa Vieira • 31016480 AGT.1CL PM APO António Rodrigues Grilo • 31001158 SUBINSP. PM APO José Maria Gomes de Sousa • 33014773 AG 1CL PM APO José Calado Alexandre • 36002281 FAR 1CL APO João de Moura Madeira • 34008056 SOTA PAT 2ªCL TMM APO Jaime José Gonçalves • 34021778 CAB PONT QPMM REF Alfredo da Costa Silva.

## CALL FOR PAPERS

### XVII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA DO OCASO DE UMA EXPEDIÇÃO À GÊNESE DE UM MUNDO GLOBAL

A Academia de Marinha reagendou para os dias **22 e 23 e 24 de novembro de 2022**, a realização do XVII Simpósio de História Marítima, dedicado ao tema Magalhães e Elcano: do ocaso de uma expedição à génese de um mundo global, convidando os académicos, estudantes e investigadores dos mais diferenciados ramos do saber a submeter propostas de comunicações:

1. *Dos oceanos, da fauna e da flora*
2. *Da náutica, cartografia e arte de navegar*
3. *Dos agentes e a sua ação*
4. *Do encontro de culturas*
5. *Da génese de um mundo global*

A inscrição para apresentação de comunicações com o título e o resumo respetivo (até 1700 caracteres sem espaços), bem como um CV resumido (15 linhas), deverá ser efetuada até **15 de junho de 2022**.

A informação da Comissão Científica sobre a aceitação das comunicações propostas ocorrerá até **15 de julho de 2022**.

Tendo em conta a atual situação de pandemia no mundo, algumas das sessões poderão ter lugar através de plataformas web, de forma a possibilitar a participação dos colegas que se encontrem fora de Portugal.

Inscrições gratuitas: [secretariadosegismpho@gmail.com](mailto:secretariadosegismpho@gmail.com)  
Para mais informações: [academia.marinha@marinha.pt](mailto:academia.marinha@marinha.pt); [academia.marinha.pt](http://academia.marinha.pt); Telefones: 210 984 708/09/10



ACADEMIA DE MARINHA

# MAGALHÃES E ELCANO

## DO OCASO DE UMA EXPEDIÇÃO À GÊNESE DE UM MUNDO GLOBAL

CALL FOR PAPERS

### XVII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

22, 23 E 24 DE NOVEMBRO DE 2022





# NAUS de PEDRA em LISBOA



Situada na:

**R. Conselheiro Arantes Pedroso, 25**  
junto ao Hospital de S. José

